



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

## COVILHÃ

ATA N.º 04/2020

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 02 DE OUTUBRO DE 2020

INICIADA ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 21 HORAS.

---

<b>SUMÁRIO:</b>	<b>FL</b>
ABERTURA .....	<b>02</b>
ANTES DA ORDEM DO DIA .....	<b>08</b>
ORDEM DO DIA .....	<b>48</b>
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO .....	<b>84</b>
ENCERRAMENTO .....	<b>85</b>

ATA N.º 04 / 2020ABERTURA

Aos dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte, no Grande Auditório da Faculdade de Ciências da Saúde, sito em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor Dr. João José Casteleiro Alves com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 1.1** Expediente
- 1.2** Intervenções

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1** Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** Procedimento de Revisão do PDM da Covilhã – Designação de um representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Consultiva;
- 2.3** Eleição de Representante para o Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde da Cova da Beira (ACES) Belmonte, Covilhã e Fundão;
- 2.4** 2.ª Alteração Orçamental Modificativa;
- 2.5** Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil da Covilhã;
- 2.6** Protocolo de Colaboração e Delegação de Competências a celebrar entre o Município da Covilhã e o ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP;
- 2.7** Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias – Ano Letivo 2020/2021 – Assegurar o Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-escolar e Componente de Apoio à Família no 1.º Ciclo;
- 2.8** Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias – Ano Letivo 2020/2021 Aquecimento Escolar;
- 2.9** Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias – Ano Letivo 2020/2021 Transportes Escolares;
- 2.10** Contratos de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Covilhã e Canhoso – Funcionamento do Refeitório do estabelecimento de ensino básico do Canhoso – Ano Letivo 2020/2021;
- 2.11** Delegação de Competências na ENERAREA para abertura do Procedimento concurso para aquisição de energia elétrica em Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) para as diversas instalações de consumo do Município da Covilhã (incluindo instalações de iluminação pública);

- 2.12** Classificação como Sítio de Interesse Municipal do Castro da Argemela, União de Freguesias de Barco e Coutada, concelho da Covilhã;
- 2.13** CPCJ Covilhã – Relatório Anual de Atividades – 2019
- 2.14** Transferência de Competências do Município para os órgãos das Freguesias

### **3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. ----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. João José Casteleiro Alves, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Dr.ª Joana Petrucci Dias Rocha em substituição da Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto, António Paulo Pereira Ranito, Dr. Hugo Ferrinho Lopes em substituição do Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes, Fausto Herculano Branco Baptista em substituição de Prof. Bernardino Gata da Silva, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho, Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira, Dr. José Paulo Pina Simão, Dr.ª Maria Leonor Cipriano Narciso em substituição da Dr.ª Joana Filipa Real Sardinha, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva, Doutor António João dos Reis Rodrigues, João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira, Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael em substituição do Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar, Doutora Rosália Isabel Duarte Rodrigues e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição de José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Dra. Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), José Alberto Sousa Pais (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Não compareceu o Excelentíssimo Senhor Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. José Armando Serra dos Reis, Prof.<sup>ª</sup> Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr. Nuno Flávio Costa Reis em substituição do Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.<sup>º</sup> José Miguel Ribeiro Oliveira, Jorge Manuel Afonso Gomes; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.<sup>º</sup> Jorge Manuel Galhardo Vieira, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Dr. Júlio Manuel de Sousa Costa e, do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal, a Técnica Superior Dra. Ivone Franco Correia e a Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

--- Esteve ainda presente o Senhor Provedor do Município – Prof. Doutor José Ramos Pires Manso.

--- Submetida a **Ordem de Trabalhos** à votação, **com a alteração da ordenação proposta pelo Senhor Membro Municipal Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), foi a mesma aprovada por unanimidade**, não tendo participado na votação, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS), Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar (PS), Doutora Rosália Isabel Duarte Rodrigues (PS), Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

A Ordem de Trabalhos ficou com a seguinte redação: -----

## 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1.1 Expediente
- 1.2 Intervenções

## 2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1 Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2 Transferência de Competências do Município para os órgãos das Freguesias;
- 2.3 Procedimento de Revisão do PDM da Covilhã – Designação de um representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Consultiva;
- 2.4 Eleição de Representante para o Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde da Cova da Beira (ACES) Belmonte, Covilhã e Fundão;
- 2.5 2.ª Alteração Orçamental Modificativa;
- 2.6 Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil da Covilhã;
- 2.7 Protocolo de Colaboração e Delegação de Competências a celebrar entre o Município da Covilhã e o ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP;
- 2.8 Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias – Ano Letivo 2020/2021 – Assegurar o Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-escolar e Componente de Apoio à Família no 1.º Ciclo;
- 2.9 Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias – Ano Letivo 2020/2021 Aquecimento Escolar;
- 2.10 Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias – Ano Letivo 2020/2021 Transportes Escolares;
- 2.11 Contratos de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Covilhã e Canhoso – Funcionamento do Refeitório do estabelecimento de ensino básico do Canhoso – Ano Letivo 2020/2021;
- 2.12 Delegação de Competências na ENERAREA para abertura do Procedimento concurso para aquisição de energia elétrica em Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) para as diversas instalações de consumo do Município da Covilhã (incluindo instalações de iluminação pública);
- 2.13 Classificação como Sítio de Interesse Municipal do Castro da Argemela, União de Freguesias de Barco e Coutada, concelho da Covilhã;

**2.14** CPCJ Covilhã – Relatório Anual de Atividades - 2019

**3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

## ORDEM DE TRABALHOS

### 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

#### 1.1 - EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Senhor Rui Magalhães a divulgar a obra «A Responsabilidade Política dos Eleitos Locais»; -----
- Email do Gabinete do Primeiro Ministro a acusar a receção e o reencaminhamento da Moção "Pela Implementação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco na Adm. Local"; -----
- Email do Gabinete do Primeiro Ministro a acusar a receção e o reencaminhamento da Moção "Salvar centenas de MPME: Primeiro passo para a retoma económica de que o Concelho da Covilhã precisa"; -----
- Email do Gabinete do Primeiro Ministro a acusar a receção e o reencaminhamento da Moção "Portagens - Adoção de medidas nas Ex-Scuts"; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a receção da Moção "Salvar centenas de MPME: Primeiro passo para a retoma económica de que o Concelho da Covilhã precisa"; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a receção da Moção "Pela Implementação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco na Administração Local"; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a receção do Voto de Protesto pelo funcionamento da Central Nuclear de ALMARAZ; -----
- Email do STAL a remeter ofício sobre a não desistência pela regulamentação do suplemento de risco; -----
- Email da Casa Civil do Presidente da República a acusar a receção das moções aprovadas em 30 de junho; -----
- Email do Membro Municipal Prof. Vítor Manuel Reis Silva a remeter Exposição/Requerimento sobre utilização de resíduos em espaços públicos na freguesia do Paul; -----
- Email do Senhor António Pacheco – Moradores de Sítio da Marinheira Paul a remeter, para conhecimento, a petição enviada no ano passado para a Câmara Municipal da Covilhã sobre colocação de redutores de velocidade e sinalização adequada na estrada da marinheira em Paul; -
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, o Balanço da atividade do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República nesta 1.ª Sessão da XIV Legislatura; -----
- Email da Casa Civil do Presidente da República a acusar a receção do Voto de Protesto pelo Funcionamento da central Nuclear de Almaraz; -----
- Email do Grupo Parlamentar Os Verdes a acusar a receção da Moção "Salvar centenas de MPME: Primeiro passo para a retoma económica de que o Concelho da Covilhã"; -----

- Email do Grupo Parlamentar Os Verdes a acusar a receção da Moção “Pela Implementação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco na Administração Local”; -----
- Ofício n.º 3169/2020 do Gabinete do Ministro de Estado da Economia e Transição Digital a acusar a receção da Moção “Salvar centenas de MPME: Primeiro passo para a retoma económica de que o Concelho da Covilhã precisa”; -----
- Ofício n.º 6212 do Gabinete do Primeiro Ministro a acusar a receção do Voto de Protesto "Locais previstos para a realização de Acesso à Formação Especializada em Medicina" e informa que o mesmo foi encaminhado, em razão da matéria, para o Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e para o Gabinete da Ministra da Saúde; -----
- Email do Grupo Parlamentar Os Verdes a remeter, para conhecimento, a pergunta formulada ao Ministério da Administração Interna pelos Senhores Deputados Mariana Silva e José Luís Ferreira sobre a redução do horário de funcionamento do Posto Territorial de Caria; -----
- Email do Membro Municipal Prof. Vítor Manuel Reis Silva a remeter, para conhecimento, o e-mail que enviou à CIMBSE com os anexos referentes à gestão dos Transportes e ao PART; -----
- Email do Grupo Parlamentar Os Verdes a remeter, para conhecimento, a pergunta formulada ao Ministério da Saúde pelos Senhores Deputados Maria Silva e José Luís Ferreira, sobre a dificuldade de contacto telefónico com os serviços de saúde de proximidade; -----
- Ofício n.º 8246 da Casa Civil do Presidente da República a acusar a receção do Voto de Protesto "Locais previstos para a realização de Acesso à Formação Especializada em Medicina"; -----
- Ofício n.º 350/2020 do Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização e Administração Local a acusar a receção da Moção "Pela implementação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco na Administração Local"; -----
- Ofício n.º XIV-1222 do Gabinete do Presidente da Assembleia da República a acusar a receção da Moção de apoio à construção do IC6, IC7 e IC37; -----
- Email Ofício n.º 9290 da Casa Civil do Presidente da República a acusar a receção da Moção de apoio à construção do IC6, IC7 e IC37; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, o Projeto de Lei apresentado na Assembleia da República que "Estabelece o regime de recuperação do controlo público dos CTT"; -----
- Email da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro a solicitar a nomeação de Representante da Assembleia Municipal para a Comissão Consultiva - 1.ª Revisão do PDM Covilhã; -----
- Email do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Desenvolvimento Regional a acusar a receção da Moção de apoio à construção do IC6, IC7 e IC37. -----

## 1.2 - INTERVENÇÕES

### INTERVENÇÕES DE LÍDERES

--- O Senhor **Prof. Vítor Reis Silva (PCP)** fez a intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida, abordando o tema da **mobilidade e dos transportes: (Doc. 01)** -----

*“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----*

*Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----*

*Exmo(s). Senhores Vereadores, -----*

*Exmo(s). Senhores e Senhoras Deputados Municipais, -----*

*Minhas Senhoras e meus Senhores, -----*

*No mês de Agosto e na qualidade de eleito da CDU/PCP na Assembleia Municipal da Covilhã enviei à CIMBSE o seguinte texto: -----*

*Envio em anexo posições públicas do PCP sobre os transportes na nossa região. Enquanto autoridade de transportes, por delegação de competências dos Municípios, tem a CIM a responsabilidade do bom ou mau funcionamento dos transportes concessionados e a responsabilidade do acompanhamento e fiscalização. -----*

*A pandemia e a situação em que vivemos, de retoma da atividade económica, não se compagina com a manutenção das carreiras existentes (serviços essenciais) a quando da declaração do estado de emergência. -----*

*Por outro lado, as normas de distanciamento físico, e a redução do número de passageiros, deverá implicar um reforço de veículos adequando o seu número às necessidades existentes, nesta fase, repito, de retoma da atividade económica. -----*

*Não entendemos a mudança de medida no âmbito do PART (DL nº 1-A/2020, de 3 de Janeiro) provocando um acréscimo de 40% no valor do passe praticado na região para os trabalhadores e de 60% para reformados (mais de 65 anos) e jovens com menos de 23 anos, a partir do dia 1 de Setembro. -----*

*Em vez do aprofundamento/aumento da redução tarifária a todos os utilizadores (alínea a), do nº1, do artigo 3º do DL atrás referido), vem a CIM recuar, face à medida anterior, implementando a medida mais minimalista, a redução de 50% a pessoas carenciadas. -----*

*Ora, esta medida, de enquadramento “forçado” no conjunto das medidas previstas, não cumpre os objetivos do PART, nomeadamente, o combate aos efeitos negativos associados à mobilidade (o congestionamento, a emissão de gases de efeito de estufa, a poluição atmosférica, o ruído, o consumo de energia), assim como, deixa de funcionar como ferramenta de coesão territorial e de garantia da equidade entre as áreas metropolitanas e o restante território nacional. -----*

*É uma medida injusta, inadequada, que rouba direitos, que acentua assimetrias territoriais, que empobrece e que penaliza a população por dificuldades resultantes do estado de pandemia. -----*

*Esta medida, escudada, numa estrutura como a CIMBSE, gerida pelos senhores presidentes das Câmaras da Covilhã, Belmonte e Fundão e das Câmaras correspondentes ao ex distrito da Guarda, penaliza as populações nos seus rendimentos e rouba recursos financeiros à economia familiar. ---*

*Penaliza a mobilidade de reformados e de trabalhadores e jovens que para trabalharem e estudarem terão que pagar um passe mais caro. -----*

*Os senhores Presidentes das Câmaras envolvidas estão a abandonar as suas populações, a dificultar ainda mais as suas vidas, já penalizadas com o aumento do desemprego e a redução de salários por via do layoff. -----*

*Os senhores Presidentes das Câmaras Municipais, que gerem a CIMBSE, que compõem os seus órgãos e que tomam medidas como esta (retirar direitos às suas populações) que aprofundam as desigualdades entre quem vive no interior e os que vivem no litoral/áreas metropolitanas, não podem merecer a confiança de quem os elegeram. -----*

*Na defesa das populações deve a CIMBSE e os senhores Presidentes de Câmara Municipal exigirem ao governo o reforço das verbas para se assegurar o direito das suas populações à mobilidade cumprindo as medidas constantes no PART, em especial a redução tarifária a todos os utilizadores, aproximando o valor do passe ao que é assegurado nas áreas metropolitanas com o passe único intermodal de 30€ no Concelho e de 40 € inter concelho. -----*

*É este o caminho que temos que percorrer. -----*

*Esperando de V.Exas a reversão da medida -----*

*Com os melhores cumprimentos -----*

*E a medida não foi anulada e os aumentos estão a penalizar as populações, a dificultar a vida e a retirar alimento à mesa. -----*

*Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----*

*Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----*

*Exmo(s). Senhores e Senhoras - Deputados Municipais, -----*

*O chamado processo de “democratização” das CCDR, retomado pelo actual governo, insere-se numa estratégia de que, ao longo dos anos, vários governos se têm socorrido para iludir o incumprimento do que a CRP consagra quanto à criação de Regiões Administrativas. -----*

*Uma estratégia que tendo já conhecido outros instrumentos – das Comunidades Urbanas às Comunidades Intermunicipais – se recentra ciclicamente na tentativa de apresentar a “democratização” das CCDR como parte de um processo de descentralização que de facto se quer impedir. -----*

*Uma nova expressão desta visão centralizadora emerge na ideia divulgada sobre a intenção do Governo de instituir a figura dos secretários regionais (de facto comissários políticos do Governo), a pretexto da “avaliação positiva” da intervenção dos cinco secretários de Estado destacados no período da actual epidemia para articular serviços e de se relacionar com diversas entidades nas cinco NUT. -----*

*Sempre baseado na mesma mistificação de conceitos, apresentando a desconcentração como sinónimo de descentralização, iludindo a natureza distinta entre ambas e procurando encontrar em soluções desconcentradas um factor de redução da exigência de uma efectiva descentralização.*

*As CCDR não são nem podem ser uma autarquia porquanto constituem meras estruturas da Administração Central.* -----

*Só por má-fé se pode pretender fazer crer que a “eleição” da sua direcção lhe alteraria a natureza e lhe conferiria legitimidade democrática.* -----

*Observando a própria Lei se conclui que a fase de “democratização” terá um período de vida efémero medido naquela meia dúzia de horas em que decorrerá o colégio eleitoral.* -----

*O Presidente será eleito pelo conjunto de todos os eleitos municipais (incluindo os presidentes de Junta), no próximo dia 13 de Outubro.* -----

*Um Vice-presidente será designado pelos Presidente de Câmaras Municipais, e o outro vice-presidente será indicado pelo Governo.* -----

*A natureza objectiva da estrutura, especialmente com a subordinação de quem, tendo sido eleito pelos representantes do poder local, deverá executar orientações determinadas pelo Poder Central (tomam posse perante o primeiro-ministro e o incumprimento das missões e atribuições da CCDR determinam a cessação do mandato), com a corresponsabilização por processos (aliás já anunciados) que degradam os territórios e contrariam os interesses das populações (assinale-se a projectada transferência para as CCDR de um conjunto de serviços da AC com o que representará de centralização e de concentração de poderes sem resposta compatível).* -----

*É neste quadro que se tem de compreender a insistência neste processo que, recorde-se, teve no “acordo” celebrado em São Bento, no verão de 2018, entre o governo do PS e o PSD, cujo objectivo é o de manter adiada a regionalização e uma efectiva descentralização e dar espaço à transferência de encargos para as autarquias locais.* -----

*A Regionalização, tal como consagrada na Constituição da República Portuguesa, impõe-se, como a medida inadiável e insubstituível, em prol das populações e dos seus territórios.”* -----

--- O Senhor **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dando “um elogio face à notícia que recebemos recentemente da suposta **instalação de um hospital na Torre de Cristal**, na avenida junto ao Serra Shopping. Espero que seja efetivamente concretizada e gostava também de questionar se é um hospital, se é uma clínica, quais são os moldes, o que é que a Câmara terá a dizer sobre isso e deixar também o nosso louvor por todos os projetos que possam beneficiar a vida dos Covilhanenses.

-----

Senhor Presidente da Mesa, gostava de perguntar porque é que a **Assembleia** decorre em outubro e não em setembro como manda a lei.

-----

Gostava de voltar a perguntar, mais uma vez e mais numa Assembleia, onde é que estão as **respostas aos dois requerimentos** que aqui fiz há mais de dois anos e meio que o CPA diz que têm

dez dias úteis para responder. -----

Perguntar em que estado estamos quanto à **Comissão de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal**. Já passaram três anos de mandato deste órgão deliberativo; estamos a 25% do final do mandato; e ainda não se reviu Regimento nenhum! -----

Questionar o que é feito da **transferência de competências em matéria de ação social** que a lei obrigava a que viesse a esta Assembleia e que não veio. Porque razão não veio? Se ainda virá? O que é que está aqui a acontecer?” -----

Para finalizar, perguntou, “segundo a intervenção de um colega do Partido Comunista, tendo nós **eleições para a CCDR** no próximo dia 13 e tendo as câmaras municipais já recebido, por parte da candidatura (que é pública) à CCDR Centro”, qual o motivo de não terem recebido qualquer documentação sobre o assunto. -----

--- O Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** fez a intervenção que, a seguir, se transcreve, falando sobre o início do **ano letivo** e sobre o **processo de eleição dos Presidentes das CCDR's: (Doc.02)** -----

*“Exmo. SR Presidente da Assembleia Municipal -----*

*e demais elementos da mesa -----*

*Exmo. SR Presidente da Câmara -----*

*Exma. Sra. vereadora e demais vereadores -----*

*Exmos. SRS e Sras. membros da Assembleia Municipal -----*

*Exmos. Sr. e Sras. presidentes de junta, comunicação social, publico presente -----*

*Caros concidadãos, -----*

*Reunimos aqui hoje quinze dias depois do início de mais um ano letivo, queria por isso desejar a toda a comunidade escolar e académica do concelho um ano repleto de sucessos e dar as boas vindas aos novos Ubianos que escolheram a UBI e a Covilhã, para estudar e viver, esperando que por cá possam encontrar tudo o que imaginaram aquando da sua candidatura. -----*

*Não posso porém deixar de manifestar que enquanto pai fui confrontado com um início de ano que sendo atípico, devido à crise pandémica que atravessamos, devia ter sido melhor preparado e planeado. A falta de informação concreta sobre a componente de apoio à família, as dúvidas acerca dos transportes públicos, tudo isto cria problemas às famílias na criação das novas rotinas necessárias no arranque de ano letivo. Mais uma vez o executivo municipal falha numa área tão importante como a educação, temos vindo a alertar para isso desde que as competências neste setor foram assumidas pelo município. -----*

*Em breve os membros das Assembleias Municipais serão chamados a participar nos processos de eleição dos Presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. -----*

*Esse processo é uma farsa democrática. Foi como tal denunciado no Parlamento pelo CDS, que contra ele votou. -----*

*E é uma farsa para a qual – declaro-o aqui, desde já – não contribuiremos. -----*

*O processo é uma farsa democrática. -----*

*Em primeiro lugar, porque o Presidente da CCDR, depois de eleito, não responderá perante quem o elegeu. Não responderá perante os autarcas, nem perante os membros das assembleias, que nunca foram ouvidos nem muito menos consultados. Responderá, isso sim, em exclusivo, perante o Governo. Era isso que acontecia até aqui; é isso que acontecerá a partir daqui. -----*

*A eleição tem apenas o objetivo de criar uma ilusão de participação dos representantes do povo, de todos os partidos, quando na verdade deixará tudo na mesma. Se o titular de um cargo é eleito, mas não responde perante quem o elegeu, o processo eleitoral não servirá para nada. -----*

*Esta eleição é uma farsa democrática porque, como é público, a escolha dos presidentes e dos vice-presidentes das CCDR foi objeto de um acordo entre o PS e o PSD, para a divisão dos lugares entre os dois partidos. -----*

*Eis como a democracia pode ser subvertida e inquinada. Para fora, celebra-se o processo como impolutamente democrático. Para dentro, assegura-se que o processo está decidido à partida e que o poder está já repartido antes da eleição. -----*

*É uma “democracia” de gabinete, nas costas do povo e dos seus representantes, que nos é servida de bandeja para que, de olhos vendados, lhe demos chancela. -----*

*Na mente de quem nos quer impor esta solução está uma estratégia muito clara: caminhar para a regionalização, mas garantir que, quando lá chegarmos, o poder regional – que neste caso será o poder determinante de distribuir os fundos europeus gigantescos que aí vêm – já está devidamente distribuído e instalado. -----*

*Se é esta desejada regionalização, estamos conversados. -----*

*Duvido sinceramente de que quem concorde com esta forma de proceder esteja bem ciente do mundo lá fora. -----*

*Duvido que esteja a par das profundíssimas alterações geracionais a que o Mundo assiste. A par da evolução na liberdade de pensamento, da independência que as novas gerações têm dos partidos, da imagem desgastada que têm dos políticos, e do seu grau de exigência democrática. –*

*Alguém aqui pensa que esquemas como este ainda são vistos com tolerância ou resignação pelo eleitorado? -----*

*Que legitimidade teremos para combater os populistas se formos cúmplices desta forma de atuar? Se queremos combater os populistas, devemos ter um primeiro cuidado: não lhes dar pretextos. –*

*João Vasco Caldeira -----*

*Líder de Bancada do CDS-Partido Popular” -----*

--- O Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** abordou a situação da **pandemia e dos transportes públicos e ainda sobre eventos culturais na cidade e as vagas preenchidas na UBI**, intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc.03)** -----

*“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----*

*Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----*

*Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----*

*Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----*

*Exmos. Deputados Municipais. -----*

*Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----*

*Portugal no seu melhor. -----*

*Em tempo de surto pandémico, assistimos nos últimos tempos a uma desorientação das entidades políticas responsáveis, com decisões ora precipitadas... ora imaturas... ora desajustadas... e em alguns casos, com dois pesos e duas medidas... muita propaganda, mas por vezes, não há resultados... não há resolução de problemas... -----*

*Num país em que se restringe os afetos... os abraços. -----*

*Num país em que não é possível prestar a última homenagem com aqueles que vêm os seus entes queridos partir... -----*

*Num país em que se proíbe a presença de público nos estádios de futebol... -----*

*Num país em que não se permite a realização de concertos de verão... -----*

*Num país em que se permite que sejam alunos e professores a procederem à higienização / limpeza das salas de aulas, é também o país que se permitiu a realização de touradas... de alguns eventos musicais... de festas políticas... com base em critérios discutíveis... Nada temos contra as referidas festas políticas... mas a sua autorização neste ano, não revelou bom senso... -----*

*Por outro lado, verificámos que o governo não conseguiu colocar na agenda das discussões a problemática de Almaraz na última Convenção Ibérica, não respeitando assim, a resolução da Assembleia da República, aprovada em 2016, que recomendava ao governo, que intervisse junto do governo espanhol no sentido de proceder ao encerramento de Almaraz. Onde está o Sr. Ministro do ambiente? -----*

*É o país que temos, que fica além do desejável... do adequado... do justo... falta muitas vezes o bom senso e a decisão equilibrada e adequadamente aferida... e por vezes a coragem política para resolver questões melindrosas como é o caso de “Almaraz” -----*

*Esperemos que no futuro possa ocorrer uma inversão desta situação... e que os Portugueses possam viver em segurança com trabalho e bem-estar... -----*

*E localmente, o que se passa? -----*

*Continuamos a não ser exemplo, para podermos, no exterior reclamar a quem tem ostracizado e ostraciza o interior... -----*

*A questão dos transportes coletivos é um dos dossiers que não foi devidamente aferido e analisado pelo executivo camarário. -----*

*Como foi possível a Covilhã ter ficado um dia sem transportes coletivos? -----*

*Como foi possível o contrato celebrado com a anterior concessionária ter terminado sem que o executivo tivesse previsto uma alternativa? -----*

*Em que condições foi celebrado o contrato que permitiu “à pressa” encontrar uma solução temporária que permitiu o reatar dos transportes coletivos na Covilhã? -----*

*Quanto custou? -----*

*Qual a razão que gentes do concelho da Covilhã, nomeadamente S. Jorge da Beira, tivessem ficado sem transportes coletivos ou com transportes coletivos insuficientes? -----*

*A Covilhã não pode esquecer o seu interior... -----*

*Não pode, nem deve haver cidadãos de primeira, os residentes nas zonas urbanas e cidadãos de segunda, os residentes nas zonas rurais... -----*

*E a questão dos passes sociais... na grande Lisboa, o valor dos passes sociais desceu, o que permite aos cidadãos e a um preço relativamente baixo deslocarem-se nos transportes públicos, optando por um dos vários transportes disponíveis, nomeadamente comboios, metro, autocarros, eléctrico, barcos... E aqui? O custo dos passes aumentou, mas a oferta é a mesma... Qual a razão? Qual o motivo que não se fez ou faz uma oferta de transportes adequada... com a possibilidade de quem vive nas zonas rurais poder dispor de transportes coletivos em todo o concelho com base no mesmo passe? Será que os critérios que levam à prática dos preços dos passes de Lisboa e Porto, não pode ser aplicada na Covilhã? Porquê? Será que é por não termos a mesma expressão eleitoral? Não queremos acreditar...! -----*

*Regista-se com satisfação, os eventos culturais promovidos no centro da cidade da Covilhã e em algumas freguesias rurais... bons eventos... pena que não tivessem sido alargados a um maior número de freguesias rurais... O concelho da Covilhã agradecia. -----*

*Por fim a nossa UBI. É com enorme satisfação que verificamos que as vagas dos cursos foram preenchidas cerca de 90%. É sinal de reconhecimento para o bom trabalho realizado pela UBI. É bom para a cidade e para a região, verificar a presença de novos alunos na UBI. -----*

*Esperemos que o governo lhe conceda os apoios necessários, indispensáveis para o seu equilíbrio financeiro e sucesso na atividade realizada. -----*

*Covilhã 2020/10/02 -----*

*O Grupo Parlamentar -----*

*De Novo Covilhã” -----*

--- O Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção fazendo, em nome da bancada do Partido Socialista, a seguinte **declaração de interesses**: -----

“Esta **Assembleia Municipal** realiza-se dia 2 de outubro porque, conforme solicitado pelo Senhor Presidente da Assembleia e creio, a informação que tinha, de acordo com todos os líderes de bancada, foi consensualizado que seria a data mais adequada que assim acontecesse. Pese embora a Lei diga deveríamos reunir até final de setembro, não é de todo a primeira vez que isto acontece, quer nos nossos mandatos, quer noutros. -----

O pressuposto foi que isto teria sido consensualizado com as bancadas e, portanto, dizer que o Partido Socialista se sentiu confortável com esse adiamento o qual não vemos prejuízo substancial para os interesses dos municípios.” -----

De seguida, centrou-se exclusivamente nas circunstâncias locais. -----

Relativamente à questão da **mobilidade e transportes**, em nome do Partido Socialista, quero dizer que também neste setor, é um momento extraordinário o que vivemos. -----

Desiludam-se aqueles que acham que conseguem apontar a este executivo, ao ver aqui nesta matéria, uma fragilidade deste executivo. -----

Lamento desiludir-vos, mas este é um problema nacional. Infelizmente, aquilo que era um sector que já vinha em profunda transformação nos últimos anos, desde a descarbonização da economia às novas alternativas de transporte, a pandemia veio alterar de forma radical este problema e este sector. Veio colocar uma pressão tremenda naquilo que são as populações, naquilo que são as empresas e naquilo que são o Estado e as Autarquias. -----

De facto, no caso do Município da Covilhã, temos duas situações distintas: a situação urbana e a situação dos suburbanos e intermunicipais. -----

No âmbito da situação urbana, o Município está num concurso internacional de uma concessão de um sistema de mobilidade. Já deveria ter terminado não fosse a situação da pandemia e, exatamente por isso, à semelhança daquilo que aconteceu em todo o País e em todos os concursos, o nosso concurso foi adiado. -----

Mais. Aqueles que já fecharam, agora há pouco tempo, ficaram desertos. -----

Isto demonstra que não é um problema de conformidade, nem de forma, nem de conteúdo do concurso da Covilhã porque, em bom rigor, ainda não fechou e ainda não se sabe se tem ou não concorrentes. Uma coisa já sabemos: tem interessados e vários já pediram esclarecimentos. Portanto, significa que estão a olhar de forma séria para o assunto com intenção de concorrer.

Quando estamos num cenário em que a procura pura e simplesmente desapareceu, compreenda-se que os pressupostos financeiros da operação mudaram e compreenda-se que é necessário fazer ajustes para que o concurso possa de novo estar de acordo com o momento e com a realidade que o mundo vive e que possa, de facto, concluir-se para dotar a Covilhã de um sistema de mobilidade que corresponda às pessoas. -----

Depois temos a situação dos transportes suburbanos e intermunicipais. Estes foram por nossa

decisão, desta Assembleia Municipal, delegados na Comunidade Intermunicipal e aí advêm muitos dos problemas que atravessamos neste momento. -----

Aproveito para esclarecer a velha questão do valor o contrato de prestação de serviços urbanos. Aquilo que foi contratualizado para o serviço urbano é um valor total da operação, sendo que a receita fica para o município e, portanto, só no final da operação é que conseguimos saber, face àquilo que pagamos descontando aquilo que recebemos, quanto, em bom rigor, vai resultar e qual vai ser o saldo. -----

Em última instância, poderíamos até ter lucro! Coisa que não acredito. -----

Desenganem-se aqueles que hoje aqui vinham esperando tirar grandes vantagens políticas porque o número em abstrato é muito maior do que no ano passado. Não podemos comparar *alhos com bugalhos* que obviamente são coisas diferentes. -----

Nos suburbanos, todos os transportes, fora do circuito urbano, que têm abastecido as nossas freguesias e as nossas aldeias, até hoje ao Município da Covilhã custaram zero. Nunca a Câmara Municipal, nem nenhuma entidade do Estado, pagou qualquer participação para que esse transporte fosse efetuado. -----

Para termos noção, as empresas funcionavam com o bilhete que cobravam e bastava-lhes. Neste momento, nenhuma empresa no município da Covilhã, nem em todo o território da CIM, retoma o serviço sem uma compensação do Estado. Isto é, aquilo que no ano passado custava zero, este ano vai custar e vai custar muito. -----

Sabemos neste momento, também por informação do Senhor Presidente da Câmara, que já exigiu à CIM, no âmbito do concelho da Covilhã, que os transportes a repor nas aldeias fossem exatamente os mesmos que havia no pré-pandemia. -----

Temos a obrigação moral de explicar às nossas populações. Aquilo que temos de dizer às pessoas é que a situação é diferente. O transporte que antes era feito de forma gratuita, hoje vai custar um custo a todos: aos Covilhanenses e a todo o país porque é o Estado que vai pagar. -----

Concordo e acompanho que este problema precisa de uma revolução urgente porque, à exceção das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, mais nenhuma parte do território nacional tem um serviço de transporte público decente e os preços que são praticados também não servem. -----

Nesse sentido, na fase do período do Antes da Ordem do Dia na intervenção das bancadas, a bancada do Partido Socialista irá propor uma moção exatamente no âmbito da mobilidade, mas também de uma rede nacional de transportes públicos. -----

Creio que estes esclarecimentos são importantes, deixando e reforçando o apelo para que todos nesta Casa sem exceção, desde o Executivo Municipal até aos Senhores Deputados e às Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, contribuamos todos lá fora para o esclarecimento e para dizer a verdade às pessoas porque não é sério e não é vantajoso para ninguém conquistar uma pequena vantagem política partidária com base numa mentira e com base na desinformação das populações.” -----

INTERVENÇÕES

--- Foi concedido o uso da palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

--- O Senhor **Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP)** criticou a atuação da Câmara Municipal relativamente aos **transportes públicos**, intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.04)** -----

*“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e respetiva mesa, -----  
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sra. E Senhores Vereadores, -----  
Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal, Sras. e Srs. Presidentes de Junta de Freguesia,  
ilustres técnicos, chefes de divisão e administrativos da Câmara Municipal, Comunicação Social e  
público em geral. -----*

*Entre o dia 17/09/2020 e o dia 21/09/2020 assistimos ao triste teatro sobre transportes públicos para a zona sul do Concelho mais concretamente Aldeia de São Francisco de Assis e São Jorge da Beira. -----*

*Triste teatro porque não foram salvaguardados os direitos das populações referidas. -----*

*Estar “longe dos olhos é estar longe do coração”, ditado popular que bem se aplica aqui. -----*

*Após o confinamento obrigatório aquelas populações estiveram quase duas semanas sem transportes públicos, após alguns alertas nas redes sociais e a persistência dos autarcas locais, a Câmara Municipal teve a amabilidade de repor uma saída ao romper da aurora e uma chegada ao cair da tarde. -----*

*Assim foi o Verão e passados três meses e pouco é anunciada a retoma normal deste serviço. -----*

*Para não variar, essa retoma normal tem tudo de anormal, quem mais distante está, menos necessita e então é suprimido o serviço com chegada e saída por volta do meio-dia para aquelas duas freguesias. -----*

*Os autarcas contestaram e pediram explicações e ao final do dia 18/09/2020 sai novo horário e este serviço vai até à Barroca Grande e regressa, deixando a 7 quilômetros as pessoas da Freguesia de São Jorge da Beira apeadas. -----*

*Indignados a autarquia local e a sua população perante a falta de resposta e, considerando serem vítimas de discriminação vergonhosa, decidem e bem manifestar o descontentamento. -----*

*Foi necessário fazer pessoas idosas passar frio, terem que sair do seu conforto para exigirem os seus direitos. -----*

*Após 7 horas de manifestação, chega o anúncio da reposição do serviço que sempre existiu, mas agora sem transportes públicos diretos para a sede de concelho, sendo necessário sempre o transbordo. -----*

*Vivemos num concelho cada vez mais envelhecido, com constantes cortes dos serviços públicos, inclusive os mais essenciais como os serviços médicos e esta Câmara não tem o cuidado de proteger e zelar por quem mais necessita.* -----

*Tudo se passa e tudo se faz na cidade e à sua volta, o mundo rural cai propositadamente no esquecimento.* -----

*Lá longe, onde Vocês os castigam mais, há Sol, há água, há casas e ainda há Vida e Pessoas.* -----

*Pessoas humildes, trabalhadoras, respeitadoras, solidárias, cumpridoras, de enorme coragem e capazes (apesar da idade) de muitas coisas.* -----

*Disse”* -----

Relativamente à intervenção do Senhor Membro Municipal, referiu que, “antes do confinamento obrigatório, o transporte existia. -----

Na altura, disse que o transporte já tinha sido extinguido, que o autocarro não chegava a São Jorge porque não existia antes da pandemia. -----

Mentira. O autocarro sempre existiu até à data do corte geral dos transportes públicos.” -----

--- O Senhor **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)**, após cumprimentar todos os presentes, veio **homenagear todos os bombeiros que perderam a vida no combate aos incêndios e os profissionais de saúde que faleceram no combate à Covid-19 e elogiar o papel dos dirigentes e operacionais dos Lares de idosos do nosso País**, intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc. 05)** -----

*“Senhor Presidente da Câmara* -----

*Ao contrário do habitual, hoje, não venho lembrar a estrada que liga Unhais da Serra à Nave de Santo António, da importância do IC6, da estrada que liga Cortes do Meio ao Sanatório e que Vossa Excelência se comprometeu concluir até final do presente mandato ou da situação da 513, naquilo que à freguesia de Vales do Rio e Peso diz respeito.* -----

*Minhas Senhoras e Meus Senhores.* -----

*Hoje, quero aproveitar os três minutos de glória, que regimentalmente me são concedidos, para lembrar os companheiros, os camaradas e Bombeiros que perderam a vida no combate a incêndios.*

*A saber:* -----

*Senhores* -----

*José Augusto, 55 anos de Miranda do Corvo;* -----

*Filipe Pedrosa, 34 anos de Arrabal de Leiria;* -----

*Diogo Dias, 21 anos de Proença-a-Nova;* -----

*Carlos Carvalho, 40 anos de Cuba; -----*

*Pedro Ferreira, 38 anos de Oliveira de Frades; -----*

*Jorge Jardim, 65 anos de Leiria; -----*

*Maximiliano Plaza, 65 anos de Babilafuente, que faleceu na sua residência dois meses depois da alta hospitalar. -----*

*Quero também lembrar e homenagear os profissionais de saúde que, no mundo inteiro, perderam a vida no combate ao novo corona vírus. Segundo a Amnistia Internacional, no início de Setembro passado, o número de vítimas já ultrapassava as 7.000. -----*

*A todos rendo a minha homenagem e curvo-me perante a sua memória. -----*

*Lembrar, também, os dirigentes e operacionais dos Lares de idosos do nosso País. Fica a convicção de que, em muitos deles, se conjuga o verbo “inventar”, para fazer face às dificuldades com que, diariamente, são confrontados. -----*

*As situações aflitivas que muitos vivem são, para nós, uma consequência das más políticas dos sucessivos governos ao ignorarem a necessidade de mão-de-obra qualificada e optaram por uma, financeiramente, mais amigável. -----*

*Finalmente, lamentar que 1.071 óbitos, 25.041 casos ativos e 75.542 casos confirmados (dados de ontem) não sejam suficientes para convencer determinadas franjas sociais da necessidade de cumprir com as normas da direção geral da saúde, nomeadamente naquilo que ao distanciamento social, higienização das mãos e uso de máscaras diz respeito. -----*

*Muito obrigado.” -----*

**---** A Senhora **Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira (DNCCP)** voltou a abordar a **temática dos animais errantes**, fazendo-se a transcrição da sua intervenção: **(Doc. 06)** -----

*“Exmo Sr. Presidente da Assembleia, -----*

*Exmos membros da mesa da assembleia -----*

*Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal -----*

*Exmos Srs. Vereadores -----*

*Exmos Membros da Assembleia -----*

*Venho hoje, infelizmente, voltar a um assunto já anteriormente por mim abordado, mas que, até hoje, nenhuma réplica obteve por parte do senhor Presidente. -----*

*Já diz o velho provérbio que “água mole em pedra dura, tanta bate até que fura” e utilizando como metáfora o significado desta lição da vida venho junto desta Assembleia, mais uma vez, apelar ao senhor Presidente da Câmara uma solução para a questão dos animais errantes. -----*

Faz 2 anos, mais precisamente no dia 14 de setembro de 2018, que aqui trouxe a questão dos animais errantes. Questionei, há 2 anos recorde-se, qual era a solução para a proibição de abate e para o controlo da população. -----

Não será necessário a recordatória, mas todos sabemos que a Lei 27/2016, de 23 agosto, observava um período de implementação de 2 anos e atingia a sua plenitude no dia 23 de setembro de 2018. Cerca de 15 dias depois da minha última intervenção sobre o assunto que, como já referi, foi há 2 anos atrás. -----

Perdoar-me-á senhor Presidente a insistência e sublinhando sobre as medidas de tempo, mas tal torna-se importante quando estamos em 2020 e, sou compelida a questionar o senhor Presidente:

- Onde estão os Centros de Recolha Oficial de Animais (CNO's)? -----
- Onde estão os melhoramentos do já implementado canil? -----
- O que foi feito para o controlo da população? Foi privilegiada a esterilização? -----
- Onde estão as campanhas de esterilização? -----

Posso ser mais parcimoniosa nas questões: -----

- Quantos animais existem no canil? -----
- Quantos pode receber? -----
- O equipamento serve apenas a malha urbana da Covilhã, ou, serve todo o concelho? -----
- Como é realizada a gestão do não abate? -----

Em verdade, nunca as minhas anteriores questões foram respondidas e em última análise devo depreender do seu silêncio que esta questão, que é de saúde pública sublinhe-se, não lhe merece qualquer consideração ou respeito? Ou o silêncio apenas ecoa porque na realidade este executivo nada fez e nada pensa fazer? -----

Relembro que a posição de representação que todos ocupamos observa deveres, relembro que o executivo tem obrigação de catalisar uma sociedade saudável e respeitadora de tudo e de todos.

Julgo que os cidadãos merecem mais, aliás merecem o mínimo: não minorizar esta questão e dar resposta às questões realizadas. -----

Tereza Fazendeiro (DNCCP)" -----

--- A Senhora Eng.ª **Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, enalteceu várias **iniciativas levadas a cabo pela Câmara Municipal da Covilhã**.

"A pandemia da Covid-19 veio trazer novos desafios a todos nós. Veio alterar comportamentos. Veio criar dificuldades nos vários setores da atividade económica, gerar desemprego e crescer dificuldades económicas e sociais às famílias. -----

*No concelho da Covilhã, tal como na generalidade do país, existiu um aumento do desemprego no decorrer de 2020 ao qual o Município tem estado atento, tendo reforçado e dinamizado os apoios sociais a quem mais precisa através da plataforma + Concelhia, em articulação com diversas parcerias existentes na distribuição de bens alimentares e na distribuição de vales solidários às famílias carenciadas. -----*

*No setor económico, no Turismo, o Centro do país, nomeadamente o concelho da Covilhã, mesmo com o cenário pandémico, conseguiu manter a procura de visitantes e a Covilhã conseguiu afirmar-se na região no decorrer destes meses. -----*

*O Município da Covilhã tem feito uma aposta correta no setor do Turismo. Tem sabido valorizar o que faz o nosso território diferenciador e o que nos potencia em termos de turismo. Exemplo disso é o projeto turístico inovador para a valorização do Couto Mineiro, um projeto supramunicipal que contribuirá para a requalificação patrimonial e ambiental deste território e contribuirá para a promoção cultural e turística das aldeias mineiras nos concelhos da Covilhã e Fundão. -----*

*Também a candidatura da Covilhã a Cidade Criativa na UNESCO, na vertente de Design, em colaboração com outras entidades e empresas da região, na afirmação da Covilhã como cidade criativa na área do design, é uma aposta deste executivo municipal que visa não só a valorização da história da cidade e do concelho, bem como promove o setor turístico e têxtil. -----*

*Ainda na promoção do património, das nossas gentes e da nossa cultura popular, a candidatura da Feira de São Tiago às 7 Maravilhas da Cultura Popular Portuguesa veio promover também a cidade e o concelho, tendo conseguido um honroso lugar nos 14 finalistas. -----*

*É de salutar o trabalho feito no Município da Covilhã. -----*

*Neste novo andar pandémico, a atividade municipal teve necessidade de adaptações e as adaptações desenvolvidas tiveram de ser reajustadas e adaptadas aos novos tempos. -----*

*Com as devidas cautelas e com o cumprimento das normas da Direção Geral de Saúde, mesmo em tempo de pandemia, o Município manteve a oferta cultural e desportiva; manteve as várias exposições presentes na Tinturaria e Museu de Arte Sacra; fez-se o Verão nos jardins da Cidade, o Verão no Centro Histórico, o reviver Covilhã com concertos e artistas locais onde os Covilhanenses, depois de um período de confinamento, participaram hábitos, espetáculos, cultura e música ao vivo. -----*

*No âmbito desportivo, o ciclismo e o desporto automóvel mantiveram provas no concelho da Covilhã com relevância nacional. Ainda no dia de ontem tivemos mais uma etapa da Volta à Portugal em Bicicleta e, no próximo dia 10 de outubro, realizar-se-á a Rampa. -----*

*Com o apoio da Câmara Municipal decorreu ainda mais um ano de Festival Wool com a execução de mais pinturas murais, aumentando a rota de arte urbana e o museu ao ar livre que a Covilhã dispõe neste momento e decorreu ainda a 13.ª edição do Festival da Cherovia, embora em formato especial, serviu também para promover os produtos e os costumes do Concelho. -----*

*Embora vivámos um tempo diferente que nos coloca novos desafios, mas que é preciso encarar de frente, a reabertura das escolas, da Universidade, do Espaço das Atividades era fundamental para*

*crianças, jovens e idosos para poderem voltar às suas atividades, voltar a estudar, a socializar, a confraternizar, por um equilíbrio emocional e saúde mental. -----*

*O PS congratula todos os jovens que escolheram a Universidade da Beira Interior e a Covilhã para prosseguir os seus estudos universitários. -----*

*Enaltece também a reposição do Desporto para Todos, da reposição das atividades desenvolvidas para os idosos no Espaço das Atividades e enaltece o papel do Município que colaborou ativamente com todas as entidades responsáveis para a criação das condições de segurança para a reabertura das escolas. É um papel que deve ser enaltificado porque, efetivamente, o ano escolar não abriu com grandes sobressaltos, ao contrário daquilo que alguns colegas aqui quiseram trazer com algum populismo de uma única entidade nesta componente de apoio à família correu bem. Ao contrário daquilo que aqui vieram dizer, desde do ano passado, de uma forma análoga, esta Assembleia trouxe a questão da componente de apoio à família não ser uniforme em termos de concelho e, neste momento, sê-lo. Se houve efetivamente algum alarido, trata-se de um elemento mal informado ou queria algum populismo ou algum protagonismo político que não veio de forma desinteressada, nem veio contra a verdade. -----*

*Até agora fomos um concelho com um número de casos Covid pouco representativo. Acreditamos na responsabilidade pessoal dos nossos concidadãos e apelamos para que todos se resguardem e para que cumprem as normas da DGS para que assim possamos continuar. -----*

*A Covilhã está também a fazer os seus 150 anos de Elevação da Covilhã a Cidade no próximo dia 20 de outubro. Para quem achava também que a Covilhã estava parada, que iria ter umas comemorações pouco dignas, penso que terão visto as declarações do Senhor Presidente com aquilo que está programado para as comemorações com inaugurações. A Covilhã não está parada. A Covilhã está em movimento e tem atividades, seja ela ao nível de obras, de cultura e de desporto para todos.” -----*

--- O Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**, relativamente à intervenção do Senhor Membro Municipal Herculano Branco Baptista, reconheceu que esteve no local com outras funções: “dar uma justificação e explicação às pessoas. Não nos escondemos. -----

Tratou-se tudo de um mal-entendido. O Município da Covilhã já tinha exigido, na semana anterior, a reposição de todos os horários e de todas as linhas. Há documentalmente provas disso, portanto essa ideia que o Senhor diz que foi por sua iniciativa que se mobilizou as pessoas e que fomos obrigar os idosos a levantarem-se cedo porque se não fossem eles, porque se não fosse a nossa mobilização não havia autocarros. Lamento desiludi-lo, mas não é verdade. -----

É, de facto verdade, que eu disse lá que, contrariamente àquilo que é a realidade, a informação que obtive do representante da empresa é que aquele horário não acontecia no passado e foi a informação que passei. Passei uma informação errada, mas foi a informação que tive. Fui verificar noutras fontes e é verdade que, antes da pandemia, aquele autocarro existia. -----

Com toda a honestidade e com toda a seriedade aqui estou a reconhecer isso que transmiti uma informação errada porque fui informado erradamente. -----

Aquilo que foi substancial e significativo é que os transportes funcionaram como tinham que funcionar.” -----

De seguida, apresentou a **Moção “Rede de Transporte Público de Passageiros”** que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc. 07)** -----

**“Moção** -----

**Rede de Transporte Público de Passageiros** -----

*O compromisso com a agenda de desenvolvimento sustentável e ambientalista que Portugal assumiu como desígnio, associado às transformações da globalização, acelerado pelos impactos da pandemia, colocam a mobilidade das pessoas e bens como um pilar central das políticas públicas para as próximas décadas e um fator crítico de sucesso para as regiões.* -----

*A mobilidade de mercadorias e pessoas é hoje um bem de primeira necessidade e um motor de desenvolvimento nos territórios, e é tão mais crítico e importante, quanto mais pequenas e isoladas forem as comunidades em causa.* -----

*Portugal tem hoje um cenário profundamente desequilibrado entre as Áreas Metropolitanas e o resto do país, muito agravado pela pandemia.* -----

*A nossa região é servida por uma rede fraca ou inexistente e, nos meios urbanos de maior dimensão, alguns serviços rodoviários urbanos e intermunicipais. Em grande parte dos casos e até aqui, realizado pelo setor privado sem compensações do Estado, que agora deixaram de realizar por não existirem passageiros. Neste momento o sistema está a funcionar com as Câmaras Municipais e as comunidades intermunicipais a pagarem estes serviços com valores avultados, não sendo esta uma situação sustentável nos orçamentos locais.* -----

*É portanto essencial que o Estado Central apresente soluções.* -----

**Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã, propõem ao Governo da República a criação de um programa que permita um serviço de transporte público de passageiros para os territórios de baixa densidade.** -----

*Um programa financiado pelo Orçamento do Estado, dirigido às Autoridades de Transporte que entre si, deverão decidir os termos e a forma dessa rede de transporte, adaptada às necessidades de cada território.* -----

*Uma rede que sirva as populações do meio urbano e mais populoso mas também o direito de mobilidade das aldeias mais pequenas e afastadas, conjugando diversas soluções:* -----

- i) *O “transporte a pedido” adequado aos meios mais pequenos e isolados e que deverá ser realizado por agentes locais – taxistas, empresas ou associações locais;* -----
- ii) *Com um serviço urbano rodoviário com uma frequência e fiabilidade que sirva a dinâmica de uma cidade e,* -----

- iii) *Um serviço intermunicipal adequado, aproveitando a ferrovia e transportes rodoviários diretos e compatíveis com os horários e tempos de viagem que permitam, deixar o carro em casa e ir trabalhar na cidade vizinha com toda a comodidade.* -----

*Este serviço deve ter um custo para os cidadãos destas regiões, idêntico aos tarifários já hoje praticados nas Áreas Metropolitanas.* -----

*Aprovada esta Moção na Assembleia Municipal, dela deve ser dado conhecimento a:* -----

- *Senhor Primeiro-ministro* -----
- *Senhor Ministro do Ambiente* -----
- *Grupos Parlamentares da Assembleia da República.* -----

***Colocada à votação, a Moção “Rede de Transporte Público de Passageiros” foi aprovada por unanimidade.*** -----

Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “Votámos favoravelmente esta moção da criação da rede pública de transportes, já que os privados transformaram as populações como reféns do seu serviço privado que era suposto ser público e dar resposta às populações. -----  
Mas, em relação ao concelho, reafirmar a necessidade de se intervir, não sei se a Câmara ou se é a autoridade de transporte a CIM, de reestruturar completamente a rede de transportes no concelho porque, nalguns casos, já tem dezenas de anos e existem alguns locais no nosso concelho (zonas rurais) onde não existem autocarros ao sábado e ao domingo. As pessoas estão fechadas e estão limitadas na sua mobilidade. Querem vir até à cidade assistir a um teatro ou a um cinema, deslocar-se para visitar amigos, ... não existe.” -----

--- O Senhor **Dr. José Paulo Pina Simão (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, referiu “que o discurso político é um discurso que deve ser elevado. Deve ser solene. Deve ser verdadeiro. Deve ter conteúdo. Não deve ser só feito e constituído de *soundbytes*, palavras ocas e, muitas vezes, palavras falsas. -----

Este, para mim, não é um discurso político. -----

O que tenho ouvido aqui, nomeadamente por parte de alguns Deputados da ala direita desta Assembleia ou pelo menos da ala não esquerda desta Assembleia, é que usam uns termos, um calão, um vernáculo que não poderemos chamar de político, mas de vulgar que não cabem num conceito de política nem no meu, nem seguramente no daqueles que na tradição grega e romana traziam a sua palavra à praça pública para defender as pessoas, a coisa pública, os mais fracos. ---

A verdade é só uma: a zona sul do concelho foi desencavada, do ponto de vista de acessibilidades, pelo PS. Não foram as pessoas que estiveram lá há uns anitos atrás que falam, falam, falam e o conteúdo desse fala, fala, fala é zero. Mostrem atos, mostrem obras, mostrem coisas substanciais realizadas em prol das populações e não fiquem pelas palavras. -----

Se hoje as pessoas de São Jorge e vizinhança dispõem de boas acessibilidades não foram outros senão o PS, senão esta Câmara que possibilitaram essa melhor acessibilidade dessa parte do concelho. -----

Elevemos o discurso. Elevemos o debate. Falemos das coisas. Debatamos, mas debatamos com seriedade, sem falsidades, sem verdades alternativas, sem realidades alternativas porque para verdades e realidades alternativas já temos o da América. -----

Não precisamos aqui na Covilhã de pessoas que queiram seguir os passos e os exemplos de gente que não tem seriedade no seu discurso.” -----

--- O Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** registou “que hoje foi aqui assumido que o líder de bancada do Partido Socialista nesta Assembleia tem influência nos dossiers que aqui discutimos. -----

Esperamos que daqui em diante haja atitude em conformidade. Não apenas neste dossier relacionado com a mobilidade como todos os documentos que aqui sejam dirigidos que se refiram a este assunto, mas em todos aqueles em que o Chefe de Gabinete tem influência na decisão. ----

Andamos a falar nisto, enquanto bancada do CDS, desde o início do mandato. Há eleitos da nossa força política que, no mandato anterior, referenciaram o mesmo e hoje foi aqui esta situação assumida de maneira frontal. -----

Esperamos que haja atitude em conformidade no futuro.” -----

--- O Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, disse que “gostaria que, se fosse possível, os serviços do Município apresentassem atas ou o que fosse que pudesse consubstanciar a afirmação que o Senhor Deputado João Vasco Caldeira aqui veio fazer.

Que eu saiba o Senhor Deputado Hélio Fazendeiro não vota, não tem qualquer influência naquilo que são as decisões tomadas pelo órgão Câmara Municipal. -----

Rejeito completamente e gostava que, se isso acontece, fosse feito prova daquilo que o Senhor Deputado João Vasco Caldeira aqui veio dizer que é aquilo que é típico, de facto, e esta é uma questão política da oposição que temos na Covilhã. É triste. Propostas, ideias... não há uma que seja. É esta politiquice que para as populações e para os desígnios importantes da população, os seus interesses, propostas e propostas não se vê aqui nada. Esta politiquice para a população não tem interesse nenhum.” -----

--- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**, após cumprimentar todos os presentes e relativamente ao **comunicado do CDS-PP enviada às redações**, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc. 08)** -----

*“Em comunicado enviado às redações esta semana, o CDS-PP, através do seu eleito na Assembleia de Freguesia da Boidobra, atacou a Junta de Freguesia da Boidobra e as restantes Freguesias do Concelho da Covilhã, a propósito do processo de transferência de competências do município para as freguesias, afirmando e questionando: -----*

*“Resta saber o que pretende esconder o atual executivo da freguesia, ou até o que terá negociado”; “Estará este presidente a manobrar negociatas de bastidores para favorecer a Câmara?”; “Está este presidente de junta ciente que dessa forma está a prejudicar os interesses da freguesia e dos Boidobrenses?”; “Porque razão este presidente não dá a conhecer as manobras em que está envolvido com outras freguesias?” -----*

*Isto, depois de uma assembleia de freguesia em que a ordem de trabalhos incluía um ponto da ordem de trabalhos sobre transferência de competências, onde dei nota da reunião de juntas de freguesia e das suas conclusões. -----*

*O CDS-PP, através do seu eleito na Assembleia de Freguesia da Boidobra, atacou a Junta de Freguesia da Boidobra e as restantes Freguesias do Concelho da Covilhã, recorrendo à calúnia, à injúria e à ofensa, levantando dúvidas, intrigas e alimentando a maledicência, prestando um mau serviço à política. -----*

*Não há memória de tamanha boçalidade no exercício do cargo na Assembleia de Freguesia, à semelhança de várias intervenções também aqui proferidas por correligionário do mesmo calibre, tal como não havia histórico da presença do CDS na Boidobra, estando por isso correlacionadas. ---*

*Fala o CDS em manobras, negociatas e bastidores, referindo-se ao trabalho sério que as Juntas de Freguesia da Covilhã realizaram a propósito da transferência de competências e que hoje aqui será apresentado, elaborado numa perspetiva de construção coletiva, alargada e justa, valorizando o importante papel das Freguesias na resolução dos problemas das populações. -----*

*Não permito, não permitimos, que as Juntas de Freguesia sejam mal tratadas.” -----*

--- O Senhor **Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael (PCP)**, após saudar todos os presentes, iniciou apresentou a **moção sobre suplemento de insalubridade, penosidade e risco** que, a seguir, se transcreve: **(Doc. 09)** -----

**“Moção -----**

**Suplemento de insalubridade, penosidade e risco -----**

*O Decreto-Lei n.º 53-A/98, de 11 de Março, que «regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade» consagrou as figuras de compensações, suplementos e demais regalias a atribuir em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito da Administração Pública, cuja regulamentação nunca foi efetuada, em prejuízo dos trabalhadores que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos. -----*

*Com a publicação e entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, foi revogado expressamente o Decreto-lei n.º 53-A/98, de 11 de Março, ficando previstos os suplementos remuneratórios, como componentes da retribuição, sem no entanto, os designar e/ou regulamentar, continuando os trabalhadores a executar trabalho em condições de risco, penosidade ou insalubridade sem qualquer reconhecimento da sua condição, nem do pagamento da compensação devida. -----*

*A obrigatoriedade do pagamento dos suplementos remuneratórios, passa a estar tipificada na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, a qual revoga a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, mas na verdade sem determinar o seu âmbito de aplicação, regras de cálculo e modo de pagamento destes suplementos, bem como dos respetivos complementos a atribuir em acréscimos aos referidos suplementos, permanecendo esta obrigatoriedade num vazio e os trabalhadores visados sem o pagamento de qualquer suplemento e/ou complemento que compense os danos eventuais ou efetivos do trabalho executado em condições de risco, penosidade ou insalubridade. -----*

*No decurso da difícil situação de pandemia que vivemos, ficou demonstrada a importância da atribuição do suplemento de insalubridade, penosidade e risco. Os trabalhadores da administração local, dos Municípios e das Freguesias, de diversos sectores, desde a proteção civil, à recolha de resíduos, aos serviços de água e saneamento até à limpeza urbana, desempenharam um papel essencial e são dos trabalhadores mais expostos ao risco de contágio durante a epidemia da covid 19, tendo um maior nível de penosidade e risco nas funções que desempenham em qualquer circunstância. -----*

*O papel dos trabalhadores das autarquias que asseguram os serviços essenciais, com forte exposição ao perigo, deve merecer não só o aplauso de todos, mas uma valorização efetiva. -----*

*É tempo de regulamentar o suplemento de insalubridade, penosidade e risco. A aplicação do suplemento deve estar dependente da efetiva execução de tarefas ou do exercício de funções em condições de risco, em condições de penosidade, em condições de insalubridade, ainda que se encontrem reunidas as condições de segurança legalmente definidas para o desempenho das mesmas. -----*

*Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã reunida a 02 de Outubro de 2020 reclama a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco na Administração Pública e a sua atribuição aos trabalhadores da administração central e local, que exercem funções em situações de penosidade, insalubridade e risco, com carácter de urgência. -----*

*A presente moção, se aprovada, deverá ser enviada para o 1º Ministro e grupos parlamentares da Assembleia da República.” -----*

**--- Colocada à votação, a Moção “Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco” foi aprovada por unanimidade. -----**

Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)**: “Votámos favoravelmente esta moção, apesar de o Partido Comunista Português aqui representado não terem enviado previamente, como o Senhor Deputado Marco Gabriel solicitou que as outras forças políticas o tivessem feito.” -----

De seguida, o Senhor **Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael (PCP)** fez uma **Saudação aos 50 Anos da CGTP – Intersindical Nacional** que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc. 10)**

**“SAUDAÇÃO** -----

**50 ANOS DA CGTP-INTERSINDICAL NACIONAL** -----

*No dia 1 de Outubro de 1970, as direcções do Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Lisboa, do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria dos Lanifícios do Distrito de Lisboa, do Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários Metalúrgicos do Distrito de Lisboa e do Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa convidam outras direcções sindicais para “comparecerem numa sessão de trabalho”.* -----

*A ordem de trabalhos proposta para a primeira reunião intersindical refletia, desde logo, uma concepção de sindicalismo que não separa a resolução dos problemas dos trabalhadores da luta pelos direitos e liberdades democráticas fundamentais. Entre as questões que foram propostas para estudo, constavam a contratação colectiva, o horário de trabalho, a censura e a liberdade de reunião.* -----

*No dia 11 do mesmo mês, realizou-se em Lisboa a primeira reunião Intersindical com a presença de 13 direcções sindicais e iniciava-se, assim, o movimento das reuniões intersindicais.* -----

*Passados 50 anos, a criação da Intersindical Nacional, no dia 1 de Outubro de 1970, constituiu um marco de grande significado no percurso do movimento operário e sindical, força de progresso social e de emancipação dos trabalhadores.* -----

*Uma história que também incorpora a acção e luta dos trabalhadores do nosso concelho, nomeadamente do sector têxtil.* -----

*São 50 anos de intervenção, contra o fascismo, na Revolução de Abril, na defesa das suas conquistas e na resistência ao processo contra revolucionário, enfrentando o ataque aos direitos dos trabalhadores em sucessivos pacotes laborais, nomeadamente com o Código do Trabalho e a sua alteração para pior, desenvolvendo a luta contra a política dos PEC e o Pacto de Agressão da Troika, promovendo a decisiva para a defesa, reposição e conquista de direitos na nova fase da vida política nacional, apesar das limitações deste período político, respondendo à emergência da acção sindical face à epidemia do coronavírus e ao seu aproveitamento pelo grande capital.* -----

*Hoje, cinquenta anos depois, a CGTP-Intersindical Nacional continua a ser a grande organização sindical dos trabalhadores de Portugal e a honrar toda uma história de luta, resistência e conquistas, sendo a expressão maior, no nosso país, do sindicalismo de classe, independente, unitário e democrático.* -----

*A CGTP-IN, pela sua natureza de organização sindical de classe, pelos seus princípios e objetivos programáticos pelos quais se orienta, pela acção desenvolvida ao serviço dos trabalhadores e do País, pelos valores internacionalistas que defende e pratica, afirma-se, justamente, como legítima herdeira e continuadora das melhores tradições do movimento operário e sindical português, da sua longa e heroica luta contra a exploração, pelo direito ao trabalho e ao trabalho com direitos, por um Portugal soberano e independente, em que a democracia, a justiça social e o progresso sejam uma realidade.* -----

*Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal da Covilhã, na reunião pública de 2 de Outubro de 2020, delibere:* -----

- 1. Saudar a Direcção da CGTP-IN pelos seus 50 anos de luta, conquista e resistência, e por seu intermédio, todos os trabalhadores, dirigentes, delegados e activistas sindicais.* -----

*Os Eleitos do PCP”* -----

**--- Colocada à votação, a “Saudação aos 50 Anos da CGTP – Intersindical Nacional” foi aprovada por unanimidade.** -----

**--- O Senhor Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP) apresentou uma Moção propondo a suspensão do pagamento de portagens na A23 e A25, subscrita pelo DNCCP, CDS-PP e PSD, que, a seguir, se transcreve: (Doc. 11)** -----

*“No início do corrente ano civil, foi anunciado pelo governo um modelo de redução do preço das portagens, para vigorar com efeitos a partir do final do terceiro trimestre de 2020.* -----

*Posteriormente, a Sra. Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, veio informar que face à situação de pandemia “o processo de reduções iria implementado até ao final do terceiro trimestre de 2020.* -----

*Já decorreu o terceiro trimestre e nada foi feito... e já se indica que tal sucederá até ao final do primeiro trimestre de 2021.* -----

*É do conhecimento público que a situação de pandemia está a ter um efeito arrasador em todos os setores económicos e sociais no concelho da Covilhã, com o aumento de dificuldades económicas das empresas e o consequente aumento do desemprego, razão pela qual, importa promover medidas de apoio que minimizem os seus efeitos.* -----

*A redução e a posterior abolição das portagens constitui sem dúvida uma das medidas tendentes à viabilização económica dos agentes económicos locais.* -----

*Não sendo possível para já a sua abolição e enquanto o processo de redução não é implementado, entendemos que as portagens da A23 e A25 devem ser suspensas.* -----

*A suspensão das portagens, permitirá sem dúvida, um maior desafogo para empresas e cidadãos... uma melhor circulação de pessoas e bens... com as consequências daí decorrentes... será assim de*

forma concreta uma medida que permitirá também minorar as diferenças entre o litoral e o interior. -----

Assim, **propõe-se a esta Assembleia que seja votada a seguinte MOÇÃO:** -----

**“A Assembleia Municipal da Covilhã reunida na sua sessão ordinária de 2 de Outubro de 2020 propõe a suspensão do pagamento de portagens na A23 e A25, até que entre em vigor o modelo de redução do preço das portagens a implementar pelo governo”** -----

Caso seja aprovada a presente Moção deve a mesma ser dado conhecimento a: -----

. Sr. Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa. -----

. Sr. Primeiro-ministro, Sr. Dr. António Costa. -----

. Sra. Ministra da Coesão Territorial, Dr. Ana Abrunhosa.” -----

- O Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** esclareceu que “já aprovámos nesta Assembleia moções que exigem ao Governo a suspensão das portagens. Portanto, pode ser contraditório composições que já assumimos no passado. Parecia-me adequado e por coerência com o próprio órgão conformássemos o texto de acordo com aquilo que já dissemos no passado.”

- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** esclareceu que “já houve moções de todo o tipo que não são contraditórias umas contra as outras. Ou seja: já houve moções de abolição das portagens; já houve moções de redução para residentes; na passada Assembleia Municipal, apresentada por mim, uma que vai de encontro àquilo que a Plataforma Conjunta para a Reposição das Scut’s afirma neste momento que é a questão da suspensão tendo em conta a situação social e económica e o que se lê do texto é um pouco nesta perspetiva. -----

No fundo está implícito um modelo de pagamento que é a suspensão até à aplicação de um modelo de pagamento. -----

O que estas regiões, intervenientes económicos, sociais e sindicais (nesta Plataforma) têm defendido para o Orçamento de Estado para 2020 era o seguinte: -----

- Redução a 100% para residentes já em 2020; -----

- 50% para todos e outros 50 % na próxima legislatura, cumprindo-se o objetivo final de, no final desta legislatura do Governo PS, pudesse não haver portagens na A23 e na A25. -----

Fazia a sugestão da suspensão com vista à reposição das Scut’s que nos disseram que era retirada quando veio a crise e que era uma medida transitória.” -----

- O Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** referiu “que temos de nos ir adaptando às circunstâncias dos tempos. -----

Esta moção surge precisamente pela não tomada de posição da Senhora Ministra. Recordo-me que chegou, inclusive, a colocar o seu lugar à disposição caso, até ao fim deste ano, a questão das portagens não ficasse resolvida. -----

O que está a ser discutido pelo Governo é um modelo de redução, daí a moção estar enquadrada com aquilo que o Governo pretende. -----

Contudo, temos a noção que nesta Assembleia, salvo erro, não foi aprovada nenhuma medida de suspensão, mas sim de abolição em que o DNC também se associou.” -----

Começou por dizer que, se a dependência do voto do PS, estava dependente da alteração de suspensão para abolição não tinha nada a obstar. Porém, após conversações com as outras bancadas municipais subscritoras da moção, informou que o texto da moção iria manter a sua versão inicial, não se alterando qualquer expressão. -----

- O Senhor **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** esclareceu que “a suspensão nunca implica uma legislatura. A suspensão implica um critério e uma das propostas que esteve em discussão com o Governo era a da suspensão das portagens nas antigas Scut’s até que estas regiões atinjam o quartil equivalente de PIB das áreas metropolitanas. Uma medida pode ser uma suspensão e, se o critério for quando até o Governo decidir, o Governo pode decidir 2 dias depois e não é preciso mudar o Governo para que isso mude.” -----

***Colocada à votação, a “Moção pela Suspensão do Pagamento de Portagens na A23 e A25” foi aprovada, por maioria, com 23 votos a favor (DNCCP, CDS, PSD e IND.) e 13 abstenções (PS e PCP).*** -----

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)**: “A bancada do Partido Socialista absteve-se nesta votação porque entendemos que o modelo desejável para as ex-scut’s é que voltem a ser scut’s. Pedir uma suspensão de pagamento até haver uma redução do preço não é, para nós, o modelo ideal e o fim último não é o da redução do preço, mas sim o de abolir o pagamento a quem transita nestas autoestradas. -----

Por outro lado, também não podemos ignorar que aquilo que se pretende aqui defender não é muito bem defender aquilo que é as legítimas aspirações da população, mas tentar obter um dividendo político a ver se a Ministra se demite. Nisso nós não compactuamos.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: “Abstivemo-nos porque está implícito no texto da Moção que, após a suspensão, vai haver a aplicação e o pagamento de portagens e não a reposição das scut’s e a abolição das portagens como defendemos. -----

A moção apresentada pela nova coligação teve três interessantes opiniões: numa, do DNC, que até aceitava fazer a revisão do texto; que o CDS continua a defender o princípio do utilizador pagador; e, o PSD não se entende bem o que quer dizer porque até tem responsabilidades nesta matéria.” -----

Sobre a Declaração de Voto do Membro Municipal Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), o Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** referiu não admitir a ninguém que dissessem uma coisa que o próprio não tinha dito. -----

O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** referiu ainda que “o procedimento das moções, para abreviarmos tempo, devia ser: fazer o trabalho de casa; entregar-se à Mesa; fazer-se cópia; entregar-se aos grupos; e votar-se.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, relativamente à sugestão do Membro Municipal Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), disse que tinha razão e que deveriam aceitar a sua contribuição quanto ao assunto. No entanto, referiu que não podia estar a receber uma moção às 7 da manhã e que deveriam estar presentes mais cedo na sessão para terem conhecimento atempadamente das mesmas. “É verdade que é muito difícil votarmos, em consciência, uma coisa sem as estarmos a estudar.” -----

De seguida, o Senhor Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP) apresentou dois **Votos de Pesar** que, a seguir, se transcrevem: **(Docs. 12 e 13)** -----

*“VOTO DE PESAR*

*Faleceu no passado dia 16 de setembro de 2020, o Sr. Manuel Augusto da Fonseca. -----*

*Iniciou a sua atividade no Café Montalto. -----*

*Em 1972 com o Sr. Ilídio Alves, também ex-funcionário do Sr. Campos, passaram a explorar a Leitaria Triunfo, estando esta sediada junto ao Jardim Público, local de paragem para inúmeras pessoas, nomeadamente trabalhadores e empresários que na altura exerciam suas atividades nas indústrias laneiras sediadas junto à ribeira da carpinteira. -----*

*Sr. Fonseca era uma pessoa trabalhadora, educada, simpática e afável, exercia com afinco e competência a sua atividade profissional. -----*

*Era conhecido na cidade e no concelho da Covilhã sendo assim uma referência na área da restauração. Faz parte da história recente da nossa cidade. Deixa Saudade. -----*

*Não temos quaisquer dúvidas que a cidade da Covilhã, ficou mais pobre com a sua partida para outro destino. -----*

*Assim, propõe-se a esta Assembleia Municipal que seja aprovado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manuel Augusto da Fonseca, empresário de hotelaria que foi na nossa cidade. -  
Caso seja aprovado, solicita-se a sua remessa para os seus filhos. -----*

*Covilhã 2020/10/02 -----*

*Grupo Parlamentar De Novo Covilhã” -----*

***Colocado à votação, o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Augusto da Fonseca foi aprovado por unanimidade. -----***

*Não participou na votação o Membro Municipal Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD) por estar ausente do Auditório. -----*

***“VOTO DE PESAR -----***

*No passado dia 29 de agosto de 2020, morreu no Brasil, o poeta Ernesto de Melo e Castro. Filho de Ernesto de Camps Melo e Castro, neto materno do primeiro Visconde da Coriscada, nasceu na Covilhã no dia 19 de abril de 1932. -----*

*Licenciado em Engenharia Têxtil pela **Universidade de Bradford**. -----*

*Professor na Escola Secundária Campos Melo na Covilhã em 1956. Poeta, ensaísta, escritor e artista plástico, sendo conhecido como uma “figura multifacetada” na literatura e na arte, pela crítica e pela investigação. -----*

*A prática poética de Melo e Castro, foi sempre acompanhada por uma “teorização sistemática sobre a linguagem e as tecnologias da comunicação”, cruzando-se na sua extensa obra, múltiplas práticas e formas experimentais. -----*

*Figura marante no meio artístico dos anos 1960 e 1970, Ernesto de Melo e Castro, dedicou-se, nas décadas seguintes, a investigar e espalhar no seu trabalho as relações entre a arte e o desenvolvimento tecnológico, tendo sido autor de um conjunto de obras pioneiras que recorreram ao vídeo e computador para produção literária, tendo chegado a desenvolver, entre 1985 e 1989, um projeto de criação de videopoesia. -----*

*Em 1998, o poeta terminou o seu doutoramento em letras pela Universidade de S. Paulo no Brasil, tendo sido professor no IADE e na Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo. -----*

*Melo e Castro e tal como é referido por sua filha, Eugénia, foi “um dos mais importantes Poetas e Homem de artes e Cultura do Mundo”. -----*

*Sem sombras de dúvidas, foi um dos maiores vultos da Covilhã do século passado na área da cultura. -----*

*Fica o seu exemplo. A sua obra. A Covilhã, com a sua partida, fica mais pobre. -----*  
*Assim, propõe-se a esta Assembleia Municipal que seja aprovado um voto de pesar pelo*  
*falecimento de Eugénio Melo e Castro. -----*  
*Caso seja aprovado, deve o mesmo ser remetido a seus familiares. -----*  
*Covilhã 2020/10/02 -----*  
*Grupo Parlamentar De Novo Covilhã” -----*

Tendo outras bancadas parlamentares apresentado propostas de voto de pesar pelo falecimento do poeta Ernesto de Melo e Castro dão-se, a seguir, como integralmente reproduzidas: **(Docs. 14 e 15)** -----

*“VOTO DE PESAR -----*  
*Faleceu a 29 de Agosto de 2020, aos 88 anos, em S. Paulo, Brasil o ilustre Covilhanense Ernesto*  
*Manuel Geraudes de Melo e Castro. -----*  
*Ernesto de Melo e Castro nasceu na Covilhã em 19 de Abril de 1932 e cedo se afirmou como poeta*  
*e pioneiro da poesia concreta visual e experimental em Portugal. -----*  
*Filho de Ernesto de Campos Melo e Castro e neto materno do 1º Visconde da Coriscada, Ernesto de*  
*Melo e Castro passou na Covilhã uma parte da sua vida e aqui deixou uma marca eterna. -----*  
*Licenciado em Engenharia Têxtil e Doutorado em Letras, fica na História também como poeta,*  
*ensaísta, artista plástico e uma das principais figuras no meio artístico Português. -----*  
*Permanecendo também na memória dos seus alunos na Escola Industrial e Comercial Campos Melo*  
*onde colaborou activamente na formação de inúmeros técnicos da Indústria de Lanifícios. -----*  
*Figura multifacetada na arte e na literatura, autor de uma vasta obra marcada pela construção de*  
*experiências com diferentes materiais, viu a sua actividade artística apresentada em várias*  
*exposições tanto em Portugal como no estrangeiro tendo sido responsável por vários ensaios e*  
*antologias de poesia portuguesa procurando divulgar o trabalho dos poetas da sua geração. -----*  
*Esta singela homenagem e estas poucas palavras ficam, certamente, muito aquém de tudo quanto*  
*o génio de Ernesto de Melo e Castro significa e sempre significará para a Covilhã, para Portugal e*  
*para o Mundo, que perderam um notabilíssimo artista. -----*  
*Corroboramos em absoluto as palavras da sua filha Geninha Melo e Castro, escritas aquando da*  
*morte de seu pai: “Um dos mais importantes Poetas e Homem de Artes e Cultura do Mundo”. -----*  
*Pelo que se propõe que esta Assembleia Municipal delibere: -----*  

- 1. Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento de Ernesto Manuel Geraudes de Melo e*  
*Castro. -----*

2. *Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar”.* -----

*Covilhã, 2 de Outubro de 2020* -----

*O Grupo Parlamentar do CDS-PP”* -----

**“Voto de Pesar** -----

**Ernesto Manuel Gerales de Melo e Castro** -----

*Covilhã, Portugal, 1932 – São Paulo, Brasil, 29 de agosto de 2020* -----

*A Assembleia Municipal da Covilhã manifesta publicamente o seu profundo pesar pelo falecimento de um dos seus filhos mais ilustres, Ernesto Manuel Gerales de Melo e Castro.* -----

*Ernesto Melo e Castro nasce na Covilhã, em 1932, no seio da família Campos Melo, uma família de industriais têxteis na cidade da lã e da neve.* -----

*Nas biografias é apresentado como engenheiro, poeta, ensaísta, escritor e artista plástico.* -----

*Desde cedo haveria de rejeitar um percurso formativo ligado à engenharia, imposto pela família, revelando já aqui uma rebeldia e um carácter plasmado nas ações poéticas da maturidade. Vai para Inglaterra em 1953 e forma-se em Bradford, em engenharia têxtil, em 1956. De regresso à Covilhã, cidade marcada pelas sequelas da ditadura e pelos grandes senhores industriais, inicia funções técnicas na fábrica da família que logo abandonaria. Dedicar-se ao ensino do desenho têxtil e à direção técnica de empresas através de consultadoria durante quarenta anos.* -----

*Paralelamente, desenvolve uma intensa atividade criativa e de investigação no campo da poesia concreta brasileira e depois na poesia experimental portuguesa, tornando-se num dos nomes mais focados e importantes destas duas áreas artísticas.* -----

*Em 1962, publica ideogramas, que viria a ser a primeira edição portuguesa enquadrada nos ideários programáticos da poesia concreta brasileira, contudo a obra de Melo e Castro singulariza-se em relação a este movimento do Brasil e encontra um caminho muito particular, no seio da poesia experimental portuguesa, recorrendo a ligações intertextuais diversas, numa atividade intensa de quarenta anos de divulgação desta atividade no estrangeiro.* -----

*A poesia tipográfica de Melo e Castro assenta numa estrutura ideográfica onde a composição visual, que utiliza exclusivamente letras, baseia-se no princípio do ideograma, onde o grafismo geral da peça fornece a ideia e o poema vale por si. In Jorge dos Reis, «As partituras gráficas e sonoras de Ernesto Melo e Castro: sua construção e performance», 2017.* -----

*O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, condecorou, a 10 de junho de 2017, em São Paulo, o artista português Ernesto Melo e Castro com a Ordem do Infante Dom Henrique, sob um céu que “só pode ser luso-brasileiro”.* -----

**Disse de si próprio Ernesto de Melo e Castro: «É um fato insofismável que a minha vida se deu entre o tecido e o texto!»** -----

Bancada do Partido Socialista -----

**Colocados à votação, os Votos de Pesar pelo falecimento do poeta Ernesto Manuel Gerales de Melo e Castro foram aprovados por unanimidade.** -----

Não participou na votação o Membro Municipal Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD) por estar ausente do Auditório. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS) fez a leitura da proposta de **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Eng.º Paulo Manuel Pires Águas, Vereador a Tempo Inteiro do Município do Fundão** que foi subscrita pelo PSD (**Doc. 16**) -----

**“Voto Pesar**  
**Eng.º Paulo Águas – 10/3/1964-26/7/2020** -----

*A Assembleia Municipal da Covilhã, manifesta publicamente o seu profundo pesar pelo falecimento do Eng.º Paulo Manuel Pires Águas, Vereador a Tempo Inteiro do Município do Fundão.* -----

*Paulo Águas nasceu a 10 de março de 1964 e residia atualmente em Castelo Novo. Foi docente, desde junho de 1991, no Instituto Politécnico de Castelo Branco, desempenhou os cargos de Presidente da Direção do Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional, Vice-Presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (2013-2016), Membro da Direção da AREFLH (Assemblée des Régions Européennes Fruitières et Horticoles) e, desde 2017, Vereador da Câmara Municipal do Fundão.* -----

*Importa realçar a forma empenhada, dedicada e extremamente profissional que o caracterizava e a forma apaixonada e inspiradora como encarava a vida.* -----

*É uma enorme perda para a família, para os amigos, para o concelho do Fundão e para a Região.”*

**Colocado à votação, o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Eng.º Paulo Manuel Pires Águas, Vereador a Tempo Inteiro do Município do Fundão foi aprovado por unanimidade.** -----

Não participou na votação o Membro Municipal Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD) por estar ausente do Auditório. -----

--- O Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** apresentou um **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Professor Pedro Rocha**, tendo o Partido Socialista se associado ao mesmo, o qual se transcreve: (**Doc. 17**) -----

**“VOTO DE PESAR** -----

*Faleceu a 13 de setembro de 2020, aos 54 anos, o Professor Pedro Rocha técnico nacional de meio fundo e coordenador do Programa Nacional de Marcha e Corrida.* -----

*Pedro Rocha foi responsável pela promoção e abertura de dezenas de centros pelo país, entre os quais o da Covilhã, sendo por isso uma figura fundamental no combate ao sedentarismo e promoção da atividade física no concelho.* -----

*Pelo que se propõe que esta Assembleia Municipal delibere:* -----

- 1. Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento de Pedro Rocha.* -----
- 2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar”.* -----

**Colocado à votação, o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Professor Pedro Rocha foi aprovado por unanimidade.** -----

Não participou na votação o Membro Municipal Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD) por estar ausente do Auditório. -----

Apresentou ainda um **Voto de Louvor e Reconhecimento ao Senhor Alexandre Rato** que, a seguir, se transcreve: **(Doc. 18)** -----

**“Voto de Louvor e Reconhecimento** -----

*Na sequência da situação dramática ocorrida no passado dia 30 de setembro, em que um autocarro que transportava 62 passageiros, 57 dos quais crianças e adolescentes, ficou imobilizado em plena passagem de nível na Boidobra, momentos antes de as cancelas fecharem para a passagem do comboio, vimos propor a atribuição de um voto de louvor e reconhecimento ao motorista do autocarro, Senhor Alexandre Rato, pela coragem e presença de espírito demonstradas ao ir ao encontro do comboio que se aproximava e conseguir avisar o maquinista, de forma a que este parasse a composição a tempo.* -----

*Desta forma, o Senhor Alexandre Rato impediu o abalroamento quase certo do veículo que conduzia, bem como eventuais danos pessoais e materiais.* -----

*Caso este voto de louvor seja aprovado, propomos que seja dado conhecimento do mesmo ao condutor do autocarro, Senhor Alexandre Rato, à empresa TRANSDEV, onde presta serviço, bem como à comunicação social, para eventual divulgação.”* -----

**Colocado à votação, o Voto de Louvor e Reconhecimento ao Senhor Alexandre Rato foi aprovado por unanimidade.** -----

Não participou na votação o Membro Municipal Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD) por estar ausente do Auditório. -----

--- O Senhor **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** apresentou a **Moção “Pela Defesa da Qualidade do Serviço Transportes Públicos”** que, a seguir, se transcreve: **(Doc. 19)** -----

*“Os Grupos Municipais do PSD, CDS-PP e DNCCP na Assembleia Municipal da Covilhã vêm, pela presente moção, reivindicar uma posição do órgão deliberativo na defesa da qualidade do serviço dos transportes públicos existentes no Concelho da Covilhã.* -----

*Considerando que:* -----

*1. Após demonstração de preocupação na demora no encerramento do concurso para se encontrar o operador que iria ficar com a gestão dos transportes urbanos da Covilhã;* -----

*2. Após consulta realizada no portal dos contratos públicos ([www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt), onde qualquer cidadão covilhanense pode aceder, de forma livre) por que razão, relativamente aos transportes urbanos no concelho da Covilhã, se verifica que o contrato assinado com a Transdev, no passado dia 1 de setembro, pelo período de 183 dias, tem o valor de 735.000,00€ enquanto que o anterior contrato, com a empresa Covibus, assinado a 1/09/2019 e que vigorou durante um ano, era no valor 345.000,00€;* -----

*3. Não foi dada qualquer resposta a episódio da adjudicação por um valor relativamente elevado, levando em linha de consideração o contrato anterior;* -----

*E levando em linha de consideração:* -----

*1. O valor da adjudicação;* -----

*2. As manifestações públicas de descontentamento em relação à qualidade do serviço;* -----

Propõem os Grupos Municipais supramencionados que a Assembleia Municipal manifesta a sua defesa da: -----

*1. Existência de uma linha diária regular entre todas as sedes de freguesia e a sede do Concelho, possibilitando a todos os cidadãos da Covilhã o acesso aos serviços públicos presentes na sede; --*

*2. Necessidade dos cidadãos da Covilhã terem acesso a um serviço de qualidade superior ao nível do conforto dos respetivos veículos, bem como à idade média dos mesmos que não coloquem em perigo os seus ocupantes.”* -----

- O Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** questionou “se a obrigatoriedade de manter padrões nos serviços de transportes públicos será financiada com a abolição dos impostos municipais.” ---

- O Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** questionou “se os Senhores Deputados sabem que já todas as nossas freguesias têm hoje uma linha regular diária e se têm consciência que esta alteração de prestadores de serviços melhorou a qualidade do material circulante, isto é, falando com as pessoas que andam todos os dias nos autocarros do serviço urbano, dizem-nos que os autocarros estão hoje mais limpos, em melhores condições, mais novos e têm mais conforto. -

Esta moção, eu seria o primeiro a subscrever na altura em que o equipamento circulante da antiga concessionária. -----

Parece-me despropositado com a realidade com este novo prestador de serviços.” -----

***Colocada à votação, a Moção “Pela Defesa da Qualidade do Serviço Transportes Públicos” foi aprovada, por maioria, com 19 votos a favor (DNCCP, CDS-PP, PSD e os Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesia de Dominguiso, Erada, Ferro, Orjais, S. Jorge da Beira, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Covilhã e Canhoso, Peso e Vales do Rio e Vale Formoso e Aldeia do Souto.) e 20 abstenções (PS, PCP e os restantes Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesia).*** -----

Não participaram da votação, por estarem ausentes do Auditório, os Membros Municipais: Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Dr. José Paulo Pina Simão (PS) e Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis. -----

Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: “O Partido Socialista absteve-se nesta moção porque, de alguma forma, não renunciando o problema entendemos que não foram esclarecidas as questões que levantámos. -----

Esta moção não acrescenta muito àquilo que já existe. Esta moção, no fundo, vem dizer que os veículos devem ter qualidade e devem cumprir as normas que já as cumpre e que deve existir uma linha regular diária às sedes das freguesias. Não nos satisfaz isto. Achamos, inclusivamente, que é pouco. Não é só às sedes de freguesia. -----

Dizer também que o Partido Socialista reconhece que, apesar de tudo, este modelo de transportes não serve. Mesmo o que existe pré-pandemia não serve os interesses das populações. -----

Portanto é preciso trabalhar para que arranje um modelo diferente que sirva os interesses das populações.” -----

--- O Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** apresentou a **Moção para a redução das taxas fiscais municipais** que, a seguir, se transcreve: **(Doc. 20)** -----

*“Moção para a redução das taxas fiscais municipais* -----

*Todos conhecemos os efeitos que a atual crise pandémica provocada pelo COVID-19 tem tido na sociedade. -----*

*Testemunhamos, como nunca, uma crise a nível mundial que, com mais ou menos gravidade, tem afetado todos os países a nível social e económico. -----*

*Mas a par da preocupação e medidas que a crise pandémica que já vivemos exige não podemos descurar a crise pós-pandémica que, não obstante ser ainda para nós desconhecida, é para todos evidente que irá ocorrer e com um impacto brutal nas famílias, nas empresas, na sociedade, no País. -----*

*Poucas semanas decorridas do início da pandemia era já uma realidade que estávamos perante uma crise social e económica que estava a provocar o empobrecimento do país, o aumento do desemprego, o surgimento de carências básicas junto de camadas da sociedade que até aí não as conheciam e o inevitável aumento de carências básicas das camadas mais desfavorecidas da sociedade. -----*

*Urge começar a pensar no pós-pandemia pois quando a questão de saúde estiver controlada estaremos já no epicentro de uma crise social e económica que afetará as famílias e as empresas de forma muito relevante. -----*

*A perda de rendimentos de famílias e empresas, o encerramento de empresas e o aumento do desemprego serão, estamos certos, uma realidade que precisamos ter em consideração já e acautelar já. -----*

*Não negamos nem esquecemos os apoios que o governo e autarquias, como é o caso da Covilhã, têm procurado dar às populações e aos empresários, mas estaremos todos de acordo que não serão suficientes para fazer face aos efeitos nefastos que a crise pandémica deixará. -----*

*Entendemos, por isso, que é necessário ir mais longe e começar, desde logo, por tomar medidas concretas que terão impacto real e direto junto das famílias e das empresas deixando-lhes disponível uma parte do seu rendimento. -----*

*Assim, os Grupos Municipais do CDS-PP, PSD e DNC propõem à Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 2 de outubro de 2020, que delibere o seguinte: -----*

*Instar o Sr. Presidente da Câmara e o seu executivo a efetivamente apoiar as famílias e as empresas do concelho, reduzindo as taxas fiscais municipais IMI, IRS, IRC e derrama em sede do próximo orçamento municipal.” -----*

**Colocada à votação, a “Moção para a redução das taxas fiscais municipais” foi rejeitada com 15 votos contra (PS e PCP), 7 abstenções (Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesias de Aldeia de S. Francisco de Assis, Dominguiso, Orjais, Verdelhos, Casegas e Ourondo, Teixoso e Sarzedo e**

**Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 13 votos a favor (DNCCP, CDS-PP, PSD e os Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesias de Ferro, Tortosendo, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio). -----**

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: “O Grupo do Partido Socialista votou contra esta moção sobretudo porque entende que, face ao momento em que o País e o Mundo vivem e aos desafios que o Estado, nomeadamente a Câmara Municipal, tem que enfrentar com um conjunto de responsabilidades e despesas inimagináveis no início deste ano, não podemos vir aqui exigir mais despesa e depois, simultaneamente, exigir menos receita. -----

Não é possível e sobretudo não é compatível, sobretudo em ano de pandemia, exigirmos um aumento da despesa e um abaixamento da receita.” -----

- **Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael (PCP)**: “Já ouvimos aqui que é preciso combater o populismo. Completamente de acordo. Por isso é que votámos contra esta proposta. -----

Vir aqui genericamente descer a carga fiscal, para além de populista e simpático, não resolve coisíssima nenhuma sobretudo quando se compara impostos diretos com indiretos, impostos sobre as famílias e sobre as empresas. -----

Esta matéria é muito séria. É matéria a ser discutida seriamente no próximo Plano e Orçamento da Câmara Municipal e é aí que a discussão ter de ser travada. -----

É conhecida a posição do PCP relativamente ao IMI familiar e à derrama. A derrama hoje é aplicada a empresas que têm um lucro superior a 150 mil euros. Não estão de acordo? -----

Não concretizam; não dizem que taxas defendem. -----

É uma proposta simpática e populista. Não passa disso. -----

Relativamente ao IMI familiar é a mesma coisa. Não concordamos com o IMI familiar por razões que já aqui bastas vezes transmitimos e não concordamos com a devolução do IRS também por várias razões que já foram elegidas, daí o nosso voto contra.” -----

--- O Senhor **Dr. José Paulo Pina Simão (PS)** apresentou a **Moção “Impulso à conectividade ferroviária da Beira Interior com a reabertura do troço Covilhã – Guarda”** que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc. 21)** -----

**“Moção** -----

**Impulso à conectividade ferroviária da Beira Interior com a reabertura do troço Covilhã – Guarda**

*A finalização do troço Covilhã – Guarda introduz uma nova realidade nos serviços ferroviários na região. A reabertura deste troço, introduz a possibilidade de se utilizar o meio ferroviário nas*

deslocações da região para Aveiro, Porto, Braga e Coimbra. Também Salamanca passará a estar acessível por modo ferroviário a todas as cidades da Beira Interior. Ao nível dos serviços regionais, passará a ser possível a introdução de serviços com a Guarda, alterando o modelo de exploração da Linha da Beira Baixa e criando-se condições para uma alternativa à A23 para quem vive e trabalha no eixo Guarda-Covilhã-Castelo Branco. -----

É urgente introduzir um novo modelo de exploração que permita responder aos desafios de uma sociedade melhor conectada e em que o transporte ferroviário é uma prioridade face aos desafios ambientais e de democraticidade no acesso à mobilidade. Boas ligações ferroviárias aos grandes centros urbanos são também um fator adicional de competitividade na captação de empresas e de população. Adicionalmente, a crise covid-19 veio demonstrar a oportunidade para os territórios do interior do paradigma do teletrabalho, o qual é indissociável de serviços ferroviários com elevados padrões de eficiência e conforto para as deslocações periódicas aos escritórios de base nos grandes centros urbanos. Ao mesmo tempo, a proximidade geográfica da Beira Interior junto a Espanha deve ser potencializada através de melhores ligações ferroviárias, contribuindo assim para a redução da situação periférica da região. Urge também reintroduzir o Sud-Expresso, sob pena de a conectividade da região com as suas comunidades emigrantes ficar seriamente afetada. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã entende que a reabertura do troço Covilhã-Guarda deve permitir um impulso à conectividade ferroviária da região, estabelecendo-se a seguinte oferta: ----

- **Um serviço regional rápido e confortável nas deslocações no eixo Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco.** -----

As deslocações no eixo Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco são especialmente elevadas na hora de ponta da manhã e da tarde. **Entende este órgão que nestes períodos de maior procura devem realizar-se serviços de 30 em 30 minutos entre as cidades da Beira Interior, devendo a oferta incluir serviços rápidos que não parem em todas as estações e apeadeiros e que considerem os polos de maior procura (ex: zonas industriais ou escolas).** -----

- **Introdução de ligações diretas com o Norte litoral do país.** A região tem estado restrita a Lisboa nas suas ligações aos maiores centros urbanos. Trata-se de um erro que não considera as fortes relações da região com as cidades do Norte litoral, como seja Aveiro, Porto ou Braga e que se impõe corrigir com a reabertura do troço Covilhã-Guarda. É de salientar a este respeito que a maioria dos estudantes do ensino superior na região é oriunda do norte do país. **A Assembleia Municipal da Covilhã entende que a CP deve introduzir um novo serviço Intercidades Covilhã-Guarda-Aveiro-Porto-Braga.** -----

- **Extensão do Intercidades Lisboa-Coimbra-Guarda para a Covilhã.** Apesar dos fortes laços económicos, académicos e culturais entre a Cova da Beira e Coimbra, nunca houve uma ligação direta entre estes dois polos da região Centro. Para mais, a extensão do serviço Lisboa-Coimbra-Guarda para a Covilhã tem impactos operacionais muito reduzidos e contribuiria para o equilíbrio financeiro do serviço. **A Assembleia Municipal da Covilhã entende que o atual serviço Intercidades Lisboa-Coimbra-Guarda deve ser estendido à Covilhã.** -----

- **Extensão do Intercidades Lisboa-Covilhã para Salamanca.** A Beira Interior tem fortes relações académicas e culturais com Salamanca. Incompreensivelmente, a região nunca teve ligações

ferroviárias diurnas e regulares com Salamanca, reduzindo-se assim as potencialidades económicas resultante de uma melhor conectividade transfronteiriça. **A Assembleia Municipal da Covilhã entende que o atual serviço Intercidades Lisboa-Covilhã deve ser estendido a Salamanca, assegurando-se nesta cidade as ligações a Madrid.** Este ponto deverá também ser incluído no tema da mobilidade transfronteiriça a discutir na próxima Cimeira Ibérica. -----

- **Reposição urgente do serviço Sud-Expresso.** Com a crise do covid-19, a CP suspendeu o Sud-Expresso o que reduziu ainda mais a conectividade da região com o estrangeiro, e em especial com França, onde residem muitas das comunidades emigrantes da nossa região. Estas comunidades estão a ser prejudicadas por não terem à sua disposição o modo de transporte ferroviário, afetando de forma estrutural a intensidade das relações entre a região e as suas comunidades. Ao contrário das regiões do Litoral, a Beira Interior está distante dos maiores aeroportos internacionais, o que faz do Sud-Expresso um elo crucial na relação com as nossas comunidades. **A Assembleia Municipal da Covilhã entende que deve ser reposto no mais curto espaço de tempo o serviço Sud-Expresso.** -----

A presente moção será enviada aos seguintes destinatários: -----

- Primeiro-ministro -----
- Ministro das Infraestruturas e Habitação -----
- Ministro dos Negócios Estrangeiros -----
- Grupos Parlamentares na Assembleia da República -----
- Administração da CP, Comboios de Portugal, EP -----
- Alcalde do Ayuntamiento de Salamanca” -----

**Colocada à votação, a “Moção Impulso à conectividade ferroviária da Beira Interior com a reabertura do troço Covilhã – Guarda” foi aprovada, por maioria, com 1 abstenção (Presidente da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso).** -----

--- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** apresentou a **Moção “Repór as freguesias extintas – um imperativo democrático”** que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc. 22)** -----

**“Moção -----**  
**Repór as freguesias extintas – um imperativo democrático -----**

O processo de agregação/extinção de 1168 freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro, em execução da Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos. -----

*Ao contrário do propagandeado, a extinção de freguesias, na generalidade, não trouxe ganhos financeiros nem contribuiu para o reforço da coesão territorial, antes acentuou as assimetrias regionais já existentes. Ao encerramento de inúmeros serviços públicos pelo país, a extinção de freguesias, veio ainda esvaziar e agravar mais a vida em muitas localidades, em particular nas zonas rurais e de interior, onde a freguesia era a entidade que restava, deixando as populações ao abandono. -----*

*Perdeu-se a proximidade dos eleitos com as populações, com a redução de cerca de 20 mil eleitos de freguesia; dificultou-se a capacidade de intervenção na resolução de problemas; perdeu-se a identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos. -----*

*Na legislatura 2013/2017, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor, as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, e com eleições em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS. O PS, numa fuga para a frente avançou com uma Resolução recomendando ao governo a avaliação do processo para posterior decisão. -----*

*De então para cá as populações de norte a sul do país continuam a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. -----*

*Os últimos Congressos da ANAFRE realizados em 2018 e 2020 colocaram como exigência a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. -----*

*Desde 2018 que o Governo PS anunciou ir apresentar uma lei de criação de freguesias, que permitiria corrigir os erros criados pela extinção de freguesias imposta pelo governo PSD/CDS. ----*

*O PCP já voltou a apresentar, em Dezembro de 2019, novo projecto de lei de reposição de freguesias, que aguarda agendamento. -----*

*A reposição de freguesias exige uma lei simples e objectiva, que respeite a vontade das populações.*

*A reposição das freguesias extintas, com eleições em 2021, é um acto de inteira justiça, é uma exigência democrática. -----*

*Assim, a Assembleia Municipal reunida a 02 de Outubro de 2020 delibera: -----*

*1 – Reclamar do Governo e da Assembleia da República, as medidas legislativas necessárias para reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respectivos órgãos autárquicos; -----*

*2 – Reclamar que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no acto eleitoral de 2021. -----*

*Enviar para: -----*

*- 1º Ministro, Grupos Parlamentares da AR, ANAFRE, ANMP e Comunicação Social” -----*

- O Senhor **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PDS)** referiu que “não obstante as considerações políticas da Moção, a concelhia da Covilhã do Partido Social Democrata, na altura da extinção das freguesias e mesmo no período subsequente até ao dia de hoje, sempre se manifestou contra o processo e a medida que foi adotada independentemente do Governo, seja ele qual for. Estamos em defesa do território e, por isso, não temos nada a obstar contra a moção, não obstante essas considerações.”

***Colocada à votação, a Moção “Repor as freguesias extintas – um imperativo democrático” foi aprovada, por maioria, com 22 votos a favor (PS, PCP e IND) e 5 abstenções (DNCCP, CDS-PP e PSD).*** -----

Não participaram da votação, por estarem ausentes do Auditório, os Membros Municipais: Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP), Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP), Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira (DNCCP), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD) e Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis. -----

--- Por último, foi atribuída a palavra ao **Senhor João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** que, relativamente à intervenção do Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra) sobre **comunicado do CDS-PP enviada às redações** e “visto que visou o CDS de maneira direta, ficou claro a forma elevada e com o respeito que o Senhor Presidente de Junta trata os elementos naquela freguesia. -----

A forma carinhosa como olha para o CDS já era conhecida. A urticária que lhe causamos sobeja de forma notória. -----

Aquilo que temos para lhe dizer é que cá estamos e estaremos em 2021 para continuar a causar-lhe urticária porque a falta de democracia é própria de outros regimes, não do português.” -----

## **2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedido a palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

--- O Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** fez a seguinte intervenção: **(Doc. 23)** -----

*“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----*

*Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----*

*Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----*

*Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----*

*Exmos. Deputados Municipais. -----*

*Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----*

*Mais uma informação escrita apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã. Mais uma constatação que a Covilhã não possui uma estratégia sustentada, delineada e aferida que permita hierarquizar prioridades e objetivos, com base nos recursos disponíveis e que possam cativar e otimizar. -----*

*A Covilhã não pode nem deve estar parada no tempo... sem caminho... sem objetivos... A Covilhã deve ser pensada de forma homogénica, associando a sua urbanidade à sua ruralidade... a zona urbana da cidade e a sua zona rural das suas freguesias... a sua indústria com a sua agricultura... o seu conhecimento científico proporcionado pela UBI com a criação de postos de trabalho na área das tecnologias de ponta e centros empresariais de inovação tecnológica e empresarial. -----*

*Ora, infelizmente nada disso se reflete na informação escrita em apreço. -----*

*Protocolos muitos... apoios diversos... nada temos contra a bondade de tais decisões. -----*

*Contudo, outras questões há que nos suscitam esclarecimentos e que não se encontram enunciados na referida informação. -----*

*Assim: -----*

**1 – Ciclovias:** *o que é feito das famosas ciclovias, que tanta propaganda, discussão e custos, suscitaram num passado recente? Vai haver ciclovias? Em que moldes? -----*

**2 – Estradas do concelho:** em que estado se encontram as estradas do nosso concelho, nomeadamente a estrada do Porcim (Casegas – S. Jorge da Beira). As obras estão suspensas? As máquinas não podiam trabalhar no Verão? -----

Troço S. Jorge da Beira – Pereiro, para quando a sua limpeza e manutenção? -----

E a estrada de ligação S. Jorge da Beira ao concelho da Pampilhosa da Serra e entre a Barroca Grande e o Concelho da Pampilhosa da Serra? -----

E o troço entre Vales do Rio – Peso? O que se passa? Há discriminação política? Parece... ----

E a estrada entre o acesso à Erada a partir do cruzamento da estrada que acede ao Paul? ----

E a estrada entre o Ferro e Peraboa? -----

**3 – Quartéis da GNR** -----

Do Tortosendo – Em que fase se encontra o processo? Quando é efetivamente construído o novo quartel? -----

E o Posto da GNR de Unhais da Serra? O que se passa? -----

**4 – Bairros Sociais:** o que está a ser feito? Obras de reparações e manutenção já foram realizadas?

**5 – Recolha do Lixo:** verifica-se em muitos locais da cidade o acumular de lixo nos contentores. O que se está a passar? O que está a ser feito para tal situação ser resolvida? -----

**6 – Passadeiras:** em muitos locais não são visíveis. Para quando a sua adequada marcação? -----

**7 – Limpeza e reparação das ribeiras da De Goldra e Carpinteira:** o que está a ser feito? É desolador o aspeto que nesta altura apresentam...! -----

**8 – Parques de lazer/jardins:** O jardim da De Goldra está em péssimo estado de conservação, em completo abandono. O muro da estrada principal que dá acesso ao elevador da Goldra, imediatamente acima dos estacionamento, encontra-se cheio de vegetação e árvores – colocando inclusive em causa a segurança de pessoas e bens, nomeadamente para as pessoas que aí passeiam ou que têm quintais/logradouros nos prédios aí existentes – Para quando a sua limpeza/reparação? -----

**9 – Pista de atletismo do complexo desportivo:** está a degradar-se de dia para dia, ou para ano. Para quando a sua reparação? -----

**10 – Desemprego:** A taxa de desemprego aumentou no concelho da Covilhã. Os jovens são os mais afetados. O que está a ser feito ou promovido pela Câmara Municipal? Políticas/Apoios que estão a ser implementados? -----

Aguardamos pelas respostas. -----

O Grupo Parlamentar De Novo Covilhã” -----

--- O Senhor **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** reiterou que a informação escrita “tem que ter mais do que falar em protocolos porque se se manda tudo para a Comunicação Social para se promover a atividade do Município também, no mínimo, deveria constar aqui exatamente as mesmas coisas que são enviadas para as rádios e para os jornais. -----

Em primeiro lugar, elogiar alguns eventos culturais que foram sendo feitos ao longo do Verão, nomeadamente e destaque o Verão no Centro Histórico que foi uma iniciativa muito bem desenvolvida. -----

Em segundo lugar, a felicitação daquela que foi a prestação e o resultado da Feira de São Tiago como também já foi referido hoje e ao festival Wool. -----

Reiterar as questões que fiz: tem a Câmara Municipal alguma resposta para fazer face aos problemas de alojamento dos estudantes neste período de regresso com a redução de 250 camas no alojamento da Universidade que só por si era deficitária, não tendo uma residência aqui perto desta Faculdade e a mais próxima estar no mínimo a 4 quilómetros? -----

Como se vai resolver o problema que assistimos recentemente no Refúgio? -----

Para a Mesa, em que ponto estamos na revisão do Regimento da Assembleia Municipal? Três anos depois e falta um ano para o fim do mandato! -----

Em que ponto estamos na resposta aos requerimentos que aqui deixámos há dois anos e meio? –

Questionar porque não chegou a esta Assembleia Municipal, como aconteceu pelo menos nas outras do distrito, a documentação referente ao processo eleitoral da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e porque não nos foi dada nenhuma informação ou encaminhamento de nenhum documento?” -----

--- O Senhor **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)**, após cumprimentar todos os presentes, abordou alguns assuntos referentes à sua freguesia. -----

“Dar conta a esta Assembleia Municipal da satisfação da Junta de Freguesia pela publicação, no passado 22 de setembro, no portal de contratos públicos, da aquisição por parte da Câmara Municipal da Covilhã do projeto técnico para o Posto da GNR. É mais um passo importante e esperamos que, em 2021, o novo posto territorial da nossa freguesia seja uma realidade. -----

Relembrou o problema dos passeios destruídos localizado junto de umas vivendas geminadas na Rua dos Maiorais, problema que se arrastava desde 2017. “Estas novas chuvas que apareceram ontem estão a invadir as garagens. Estamos a falar da destruição de casas e pedia à Câmara a máxima atenção e que os mesmos fossem arrançados com a maior brevidade possível porque estamos a falar de não deixar que casas possam ser deterioradas com esta situação. -----

Tem havido, por parte de moradores das urbanizações da Pêra Longa, da Boavista e da Claraboia, várias questões relativas ao transporte escolar. No ano passado as crianças deslocavam-se através de táxi para as escolas do ensino básico do 1.º ciclo. Este ano foi suspenso esse transporte. Não há transporte que as levem até às escolas. O trajeto a pé é de 3 quilómetros e não há forma de as

crianças em segurança se deslocarem para os estabelecimentos escolares. Sabemos que a Câmara Municipal vai levar a avante, até à Primavera, a execução de passeios entre a rotunda dos lagares até ao parque industrial, mas necessitamos de uma resposta porque os pais têm recebido emails da parte da Câmara Municipal da Covilhã e por parte do Agrupamento para se deslocarem à Transdev para receberem respostas. Deveria ser a Câmara Municipal a responder aos pais e encontrar uma solução. -----

O Senhor Vereador da Proteção Civil não vai me levar a mal, mas queria aqui agradecer na pessoa do Senhor Eng.º André Morais pela colaboração dada para que o Mercado das Cebolas fosse realizado (forma de lembrarmos a Feira de S. Miguel que este ano não foi possível fazer). Os agricultores puderam vender os seus produtos agrícolas, fez-se em segurança e, para o ano, esperamos que a centenária Feira de S. Miguel seja uma realidade. -----

Agradecer também à Câmara Municipal da Covilhã o facto de ter feito o alcatroamento perto do Parque de S. Miguel, mas deixar também aqui a necessidade de outros caminhos, tais como a Travessa dos Maiorais, a açudinha, a Travessa dos Lagares, ... que necessitam de uma intervenção urgente e pedimos que a Câmara Municipal não esqueça isso. -----

Na última Assembleia Municipal, recomendei à Câmara Municipal, a propósito das verbas que atribuiu às juntas de freguesia para a prevenção ao Covid-19, que houvesse um reforço dessas verbas. Atribuiu a cada junta de freguesia 2.500 €. Já lhe fizemos chegar aquilo que gastámos e que deixámos de receber com medidas de prevenção. Ultrapassam esses 2.500 €. Não quero que vá tão longe como a Câmara do Partido Socialista de Penamacor que atribuiu 400 mil euros às juntas de freguesia, mas deixava aqui um apelo e os Senhores presidentes de junta, meus colegas, certamente não se vão opor. -----

Deixar aqui só uma palavra a uma população que me é muito querida que é S. Jorge da Beira. Já se ouvi muito como se vai resolver a questão dos transportes de S. Jorge da Beira. Conheço muito bem aquele povo e se aquele povo não tivesse vindo à rua a realidade dos transportes era outra.”

--- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “a leitura da informação escrita tem, pelo menos, uma vantagem: ficamos a conhecer o que é que a Câmara delibera no dia a dia. No fundo, é uma síntese ou compilação das deliberações da Câmara. Não há uma apreciação pessoal. Falta-lhe um cunho pessoal do Senhor Presidente da Câmara. -----

Dessa leitura, salientar que a Câmara está a transbordar de capacidade financeira. Desde logo a atribuição de mais de 300 mil euros a coletividades e instituições fora do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo. É, de facto, muito dinheiro! -----

Isso leva-me a refletir um pouco sobre isso. Se a Câmara tem dinheiro para ajudar as outras entidades e instituições (que o merecem de facto), porque razão é que a Câmara não intervém na habitação social que é da sua responsabilidade e da sua competência quando ouvimos as pessoas que residem na habitação a falarem nas más condições, nas humidades que têm na sua habitação, ...? Não seria prioritário? Seria prioritário a Câmara Municipal intervir naquilo que são as suas

atribuições e competências e depois, claro, ajudar e apoiar as coletividades e instituições na sua atividade? -----

Chamar a atenção para o facto também da questão da estrada 512 (Paul – Ourondo – S. Jorge da Beira) e 511 (Ourondo – Sobral – S. Miguel). Salientar a abertura da estrada Paul – Ourondo. Neste momento está transitável, mas depois não se entende porque é que as obras da requalificação do caminho do Porsim foram suspensas. Erros de leitura do projeto? Intempéries? -----

Há aqui um conjunto de obras importantes e necessárias que tardem a arrancar e tardem em concluir-se. A requalificação do acesso à Erada, por exemplo. Está no plano de atividades. Em que ponto é que está esta obra? Está em fase de projeto? Está em fase de orçamentação? -----

E depois dizer que essa de afirmar que o PS desencravou o sul do concelho é um bocado forte! Já cá andámos há uns anos e parece que houve câmaras anteriores (e bem) que fizeram trabalho. Fizeram a pavimentação entre a Barroca Grande e S. Jorge e fizeram aquilo que era mais importante que foi o trabalho de desaterro e de alargamento da via para a Aldeia de S. Francisco de Assis. A Câmara o que fez foi pavimentar e colocar a sinalização horizontal, vertical e os rails. Mas, esqueceu-se de concluir a intervenção entre o Ourondo essa nova pavimentação para a Aldeia de S. Francisco de Assis. É difícil transitar naquela estrada durante a noite e é um perigo para quem lá transita. -----

Portanto, chamar a atenção para estas questões que me parecem pertinentes, assim como solicitar à Câmara Municipal que não basta a Assembleia Municipal constituir as comissões para a análise das petições e depois, quando se pede informação à Câmara Municipal, esta não pode. Apelo ao Senhor Presidente da Câmara que dê resposta o mais rápido possível a estas solicitações que são feitas pela própria Assembleia Municipal para que o trabalho das comissões possa ser, de facto, concluído.” -----

--- O Senhor **Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael (PCP)** colocou as seguintes questões: -----

1. “Remoção de Amianto – A cidade e o concelho têm vários edifícios com amianto (escolas, pavilhões desportivos, habitação social, ...). Qual é o ponto de situação? O Governo anunciou, com pompa e circunstância, um plano financeiro que sabemos que não chega e que é insuficiente. A Câmara Municipal tem algum plano ou cronograma para intervir? O que é que a Câmara pensa fazer sobre esta matéria? -----
2. Habitação – Não encontro nem no site da Câmara nem em notícias a elaboração, por parte da Câmara, de uma estratégia local de habitação. Pensamos que é importante ter essa estratégia, não só naquilo que diz respeito ao chamado 1.º direito – o direito à habitação. Há famílias ainda no nosso concelho que vivem em condições muito precárias. O desemprego decorrente da pandemia, na Covilhã, subiu para 721 novos desempregados). A Câmara tem ou vai elaborar a estratégia local de habitação? Até porque a carta municipal de habitação é importante que integre também para o próprio PDM na nossa perspetiva. Quanto ao Bairro do Património, a solução da Câmara, na nossa perspetiva, não é a solução tão desejável. Sempre defendemos que aquelas famílias deveriam ter o direito de

propriedade sobre aquelas casas. Ali viveram anos; ali investiram as suas poupanças; e a solução mais justa era escriturar aquelas casas no nome daquelas pessoas. A Câmara vai por outro caminho – na nossa perspetiva, de forma injusta – mas, face àquilo que se perspetivava que era a cobrança de renda, foi um passo. Houve o bom senso da Câmara de perceber também que era ainda mais injusto cobrar o que quer que fosse naquelas circunstâncias. Mas fico preocupado com a exclusão das outras pessoas que vivem na habitação. Exclui o irmão que já vive há décadas com a família, exclui o filho que vive há décadas com a mãe, ... Tem a Câmara ou não disponibilidade para fazer a escritura do direito real do usufruto com todos os residentes que vivem na habitação? É que se corre o risco de assinar com o casal e o irmão, que vive há quase tantos anos, depois desse casal falecer e se ele ainda for vivo e não ter possibilidades de pagar a renda, terá que sair. E depois há o problema da requalificação daquelas casas urgente e de uma intervenção social urgente de uma equipa social da Câmara com a Segurança Social. Há ali problemas sociais gravíssimos que estão ainda invisíveis e escondidos. -----

3. Água – Acho que os apoios que a Autarquia conferiu durante o período mais difícil da pandemia foram tímidos. Dar no máximo 10€ na fatura da água acho que é muito tímido. Agora estamos confrontados com o facto de os diplomas que protegiam perda de rendimentos, desemprego, situações de carência económica, dos cortes de água e da possibilidade de fracionar o pagamento, estes diplomas caducaram no mês passado. Não sabemos se vão prorrogados, se vai haver mais legislação para vá proteger as pessoas que não podem pagar a fatura da água, da eletricidade e do gás natural. O desafio que deixo à Autarquia e à AdC é para, se estes decretos-lei não vigorarem, a AdC adotar e aplicar, pelo menos, os critérios que estes decretos-lei continham às famílias. -----
4. Sou eleito para a Assembleia de Freguesia de Covilhã e Canhoso. A minha discussão, várias vezes e frequentemente, na Assembleia de Freguesia é saber quais são as competências da Câmara da Covilhã e da Freguesia porque digo ao Senhor Presidente da Junta que o passeio é da Junta e ele diz-me que é da Câmara; digo que aquele mato está a crescer e diz “não isso é da competência da Câmara e não é da Junta”. Fico sem saber o que uma devia fazer e o que a outra devia fazer. Portanto, não sei se é possível, mas deixar aqui um pedido à Câmara para o envio à Assembleia de Freguesia da separação de competências: o que é que a Câmara faz na cidade e no Canhoso e o que compete à Junta de Freguesia.” -----

--- O Senhor **Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP)** questionou “se realmente na Rua Dr. Júlio Maria da Costa a sinalização que foi feita está correta. É que o traço contínuo não permite, a quem circula no sentido Modatex-Bombeiros, que entre para o parque de estacionamento. Depois, mais à frente, o traço está descontínuo e é na zona do infantário. Também a passadeira deveria encontrar-se junto ao infantário. Acho que são correções que podem ser feitas em que permite, de certeza, melhor acessibilidade e melhor facilidade a quem trabalha e vive naquela zona. -----

Na última Assembleia questioneei a Câmara sobre a situação da obra que está prevista para o alargamento do cemitério de S. Jorge da Beira. Se era verdade o que estava na documentação – a

atribuição de talhões aos seus herdeiros. A resposta foi zero! O Senhor Presidente da Junta disse aquilo que se tinha tratado no terreno. Não era aquilo que estava na documentação. E, segundo sei, a Câmara está a corrigir, portanto o alerta que aqui foi feito não foi em vão porque, se não fosse feito o alerta, de certeza que estaria a nova obra a ser feita e estaria logo a ser comprometida com a quantidade de talhões doados a troco da cedência dos terrenos. -----

Dizer, sobre a questão dos transportes, eu nunca disse, em momento nenhum, que alguma coisa foi feita por mim. O Senhor Presidente da Junta está aqui e pode dizer que sempre enalteci aquilo que os autarcas daquela zona fizeram em defesa das suas pessoas. Nunca tentei aproveitar-me.” Referiu estar presente naquele momento por estar a desempenhar a sua profissão no seu local de trabalho. -----

“Dizer ao Senhor Deputado Hélio Fazendeiro, que estava lá na qualidade de Chefe de Gabinete de certeza, que ao deslocar-se àquele sítio devia ter conhecimento daquilo que existia para dizer às pessoas a verdade e não a verdade deturpada porque usou da verdade deturpada que só mais tarde veio a saber que, realmente, estava enganado. Tanto que estava enganado que a verdade tem que ser dita aqui. No dia 16 o horário não contemplava mais do que a ida do autocarro do Fundão até Silvares. No dia 18, ao final da tarde, já contemplava a ida do autocarro do Fundão até à Barroca Grande e se não fosse a população ir para a rua continuávamos conforme estava o horário no dia 18. -----

Depois dizer que não há ligação direta entre as Freguesias de S. Jorge da Beira e Aldeia de S. Francisco para a sede do concelho da Covilhã. Também é verdade e tem que se dizer que foi extinto o autocarro que havia direto de S. Jorge para a sede do concelho. Saía às 06:35 de S. Jorge; havia um intermédio que foi discutido, mas que agora tem o transbordo no Ourondo; e havia um que ia direto daqui da sede do concelho para S. Jorge com saída às 17:25 da Central de Camionagem com chegada à S. Jorge às 19:20. Esse autocarro foi suprimido. Portanto, as duas freguesias não têm ligação direta à sede do concelho. A ligação que têm é através do transporte direto para o concelho vizinho – o Fundão.” -----

--- O Senhor **Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou abordando a questão do Bairro do Património. -----

“Os membros da União das Freguesias da Covilhã e do Canhoso, depois de termos visitado o local e conversado com os moradores de uma forma discreta, sem necessidade de irmos para os jornais, entendemos que o Município da Covilhã devia repor justiça a uma situação que tem muitos anos que era atribuir, de forma definitiva, aquelas habitações aos moradores. Não faz sentido fazer apenas uma escritura que permite apenas ao casal o usufruto da habitação em vida. Algumas pessoas conhecem a realidade do Bairro da Biquinha, do Bairro do Património e as famílias. Há familiares que vivem lá há décadas: os arrendatários e não apenas os irmãos, mas também filhos e netos. É preciso salvaguardar o futuro destas pessoas. -----

Apelava ao Senhor Presidente da Câmara e a todo o Executivo para que repensasse a melhor de forma de fazer justiça: atribuir as habitações para toda a vida.” -----

Relativamente ao pedido de envio das competências das juntas de freguesia solicitado pelo Senhor Membro Municipal Jorge Manuel Roque Batista Fael, referiu que o mesmo, como “também de outros membros que fazem parte da Assembleia de Freguesia, nomeadamente alguns representantes do CDS, têm por hábito não falar propriamente nos assuntos nas Assembleia de Freguesia, mas aproveitam-se das redes sociais e da comunicação social para dizerem mentiras. --

O Senhor Presidente da Câmara não precisa de enviar para o Senhor Jorge Fael quais são as competências. As competências estão explícitas na Lei. Basta ler a Lei e vemos as competências do Município e vemos as competências das freguesias. -----

Por último, quero-me congratular pelo início das obras de arrumação das condutas de água no Bairro Municipal.” -----

--- O Senhor **João Vasco de Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** fez a seguinte intervenção:

“Há sensivelmente um ano, em julho de 2019, o PS deste executivo decidiu aceitar todas as delegações de competências, nomeadamente as da educação. -----

No ano letivo passado, tivemos a sorte de a preparação do ano letivo tivesse a chancela do Ministério da Educação. Neste ano, que arrancou há cerca de duas semanas, não tivemos a mesma sorte e começámos a ver aquilo que tem sido a falta de capacidade do executivo socialista em matéria de educação. -----

Constam desta informação escrita apenas sete pontos sobre a educação. Quase todos eles enviados para a reunião de Câmara 2 dias antes do início do ano escolar e quase todos eles a serem retificados, substituídos e alterados no dia anterior à referida reunião, depois de já terem sido enviados à Oposição. Onde está a coordenação na área da educação? Onde existe a estratégia para o ensino de qualidade como todos pretendemos no nosso concelho? Onde está a responsabilidade nesta área? -----

Se tudo a este nível tem sido lamentável, aquilo que pudemos assistir em relação aos ATL's e às CAF's foi manifestamente mau. As associações de pais asseguram o funcionamento dos ATL's e não podem ser tratadas desta forma. Exigimos que haja respeito pelos pais e pelo trabalho que sempre realizaram e desempenharam de uma forma abnegada, com empenho e, na maior parte das vezes, substituindo-se aos poderes públicos, pretendendo proporcionar aos seus filhos e a todos os alunos serviços de apoio de qualidade que só os pais responsáveis e conscientes puderam proporcionar. -----

Foram enviadas comunicações a tentar tranquilizar e distrair as pessoas, mas os mais atentos sabem que não se garante nenhum dos objetivos que se pretendiam alcançar – o objetivo de diminuir as desigualdades sociais existentes e promover a equidade – quando verificamos que as desigualdades entre o 3.º, 4.º e 5.º escalão são astronómicas. O 3.º escalão vai pagar o mesmo que o 5.º, por exemplo, que tem mais 15.358 euros de rendimentos. -----

Compensar economicamente as famílias – Efetivamente diminuiu o valor das refeições, mas apenas no 2.º escalão e no caso de a criança usar a CAF em ambos os períodos é que compensa.

No caso de essa criança só necessitar de CAF num período e tiver um irmão a frequentar a mesma escola já se verifica um aumento. No caso do 3.º escalão há sempre um aumento. -----

Níveis socioeconómicos mais elevados viram diminuídos as suas mensalidades. Sim é verdade, mas os escalões inferiores viram as suas mensalidades aumentadas entre 100 ou 450%. -----

No caso dos transportes escolares foi a trapalhada que pudemos assistir. Temos conhecimento de alunos e encarregados de educação a quem foi transmitido que devem adquirir os passes na agora Transdev e quando lá se deslocam a resposta que têm é que não é ali e não sabem onde é. -----

Temos também tido queixas recorrentes dos desfasamentos dos horários dos transportes escolares em relação ao horário escolar deste ano. O horário enviado terá sido o horário do ano anterior e não o que está em curso. -----

Já tivemos a notícia da situação do Posto do Tortosendo, mas gostávamos de ser esclarecimentos em relação à situação dos Postos de Unhais e Paul e quais as ações que a Câmara levou a cabo para combater o número de rondas efetuadas no concelho por causa do baixo efetivo que temos de, por exemplo, GNR's. -----

Na área da saúde tem chegado até nós, várias vezes, informações que a VMER se encontra inoperacional por falta de meios humanos. Sabemos que não é uma competência da Câmara Municipal ou da Direção do Centro Hospitalar. Aquilo que perguntamos é: qual a diplomacia de influência tem exercido no sentido de garantir cada vez menos esse tipo de situações. -----

Houve também situações relacionadas com incêndios no nosso concelho e aquilo que gostávamos que nos fosse esclarecido é; quais os trabalhos realizados para a sustentação do solo nas zonas afetadas porque não gostávamos de ver as populações, afetadas no Verão pelos incêndios, afetadas no Inverno com cortes de vias de acesso à sede do município." -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara**, após cumprimentar todos os presentes e respondendo às questões que lhe foram colocadas, iniciou abordando a questão recorrente dos transportes dizendo que se tem especulado muito "para tentar tirar partido político disso quando, na verdade, a situação é bem diversa do que muitos agentes políticos do nosso concelho querem fazer valer. –

Querem fazer passar a ideia que a Câmara não tomou as medidas que tinha que tomar a tempo e hora, que não se precaveu, que não fez aquilo que tinha a fazer. Tudo foi feito com o máximo de zelo nesse sentido." -----

Explicou que "a concessão dos serviços de transporte público urbano rodoviário de passageiros na nossa cidade terminou em 31 de agosto de 2019. Na reunião da Câmara de 28 de agosto de 2019, o Executivo Municipal tomou conhecimento dos termos gerais da concessão do Sistema de Mobilidade da Covilhã. O Município contratou, a seguir, a Covibus para a prestação de serviços de transporte por um período máximo de 12 meses num contexto fora deste em que estamos, ou seja, antes da pandemia. Nessa altura era expectável que o concurso internacional da concessão estivesse decidido antes desses mesmos 12 meses. -----

No entanto, a verdade é que processos semelhantes ao nosso por todo o país estavam em curso e, como sabem, Portugal em particular, cumprindo as regras da União Europeia, tem entidades reguladores, neste caso a Autoridade de Mobilidade e Transportes, que tem que dar obrigatoriamente parecer sobre estas matérias. Só em fevereiro de 2020 é que tivemos uma pronúncia sobre o nosso caso concreto. O Município abriu o concurso internacional dentro dos normais condicionalismos e respeitando naturalmente a lei e a verdade é que, neste momento, o concurso terminará o prazo para a abertura das propostas no dia 12.

Não obstante do modelo de negócio ser o mesmo do anterior, ou seja, em que há uma partilha do risco (na prática, a concessionária irá ficar com o produto da venda dos bilhetes e terá também o apoio do Município para poderem funcionar os transportes urbanos), e porque queremos ganhar tempo, não obstante de sabermos que existem várias empresas interessadas neste nosso concurso, queremos afiná-lo e torná-lo mais apetecível face à nova realidade da pandemia.” -----

Deu alguns exemplos de projetos similares que, devido a pandemia, ficaram desertos ou adiados, tais como CIM Dão Lafões, CIM de Aveiro, Área Metropolitana do Porto e de Lisboa. -----

“Qualquer outra coisa que se venha aqui dizer relativamente a isto é fugir à realidade, é não querer encarar as coisas de frente e é estar de má-fé na política. É verdade que todos temos o direito de pensar diferente; todos queremos o bem das nossas populações. Temos apenas divergências de como atingir esse desiderato e aí entramos no domínio da ideologia. -----

As dificuldades que vivemos com os transportes no concelho da Covilhã não são diferentes das do Fundão, de Belmonte, da Guarda ou de Castelo Branco. Uma excelente reportagem que duas jornalistas do Jornal do Fundão fizeram há poucos dias sobre esta matéria tem lá as respostas para todas as questões que colocaram aqui. É um trabalho feito com isenção, objetividade, conhecimento e com referências aos municípios e às autoridades. -----

Dizer-lhes o seguinte: uma coisa é a concessão dos transportes no concelho da Covilhã e a razão de ser do preço é muito fácil de explicar. Mas não estamos a falar da concessão, estamos a falar desta prestação de serviços provisória de sensivelmente de meio ano. Neste contexto, corremos o risco da bilhética, ou seja, o produto da venda dos bilhetes fica para a Câmara Municipal e a Câmara tem que pagar o resto. É a razão da diferença de preços. Os preços são os preços de mercado. -----

Obviamente que as empresas, que visam o lucro, esticam a corda e tanto que esticam a corda que obrigam os municípios a *puxar os cordões à bolsa* no contexto possível. Mas claro que não cedemos a tudo e era isso que também queria a Covibus que andou a entreter-nos até finais de julho, dando a entender que se renovaria a concessão nos mesmos moldes em que a tínhamos e depois, à última da hora, pensavam que nos entalavam, mas não conseguiu. Conseguimo-lo com dificuldades e com êxito. Estão aí os autocarros com qualidade e com conforto, a cumprir as linhas que estavam. -----

Coisa muito diferente é o transporte interurbano e o suburbano, cuja entidade gestora não é a Câmara Municipal. Daí que eu diga que qualquer demagogia que se queira fazer nesse sentido também cai por terra. A Câmara Municipal da Covilhã não tem responsabilidade nenhuma, nem tem obrigação legal de resolver os problemas de transportes de S. Jorge da Beira, nem de Vale

Formoso, nem de Orjais, nem do Teixoso, ... porque não somos entidade gestora desses transportes. Não é a Câmara da Covilhã. É a Comunidade Intermunicipal.” -----

Informou que se tinha enviado um email para a Comunidade Intermunicipal, email que passou a ler, no qual se comunicavam “as linhas e os horários respeitantes aos operadores Transdev e Auto Transportes do Fundão que o Município da Covilhã pretende que passem a vigorar, linhas que existiam antes. -----

Que ninguém venha dizer que só se foi reposto porque alguém se manifestou. Não. Era isto que estava pedido antes das manifestações. Posso dar-vos cópia e, se duvidarem, perguntem ao Senhor Eng.º Pedro Nascimento se recebeu ou não essas instruções e se elas não foram enviadas para a Comunidade Intermunicipal como se impunha. -----

Aqui deixo a nota: não tenho medo de manifestações, sejam elas de quem for. Nem cedo a manifestações. Uma coisa é ter-se razão e outra coisa é não ter razão. Não estou a dizer que aquela população, no caso concreto de S. Jorge da Beira, não tenha direito a ter transportes. Não estou a dizer que não tenham esse direito que é um direito elementar. Que exijam a quem não tem diretamente essa obrigação, não. Que nos peçam para ser interlocutores, nem precisam que tomamos a iniciativa e foi isso que fizemos. -----

Relativamente a localidade mais a Sul do Concelho da Covilhã, não aceito lições de moral de ninguém relativamente à minha prática política relativamente a essas populações por uma razão muito simples: quando cheguei à Câmara da Covilhã tecnicamente falida, a primeira obra que lancei foi a obra que custou uma verba insignificante de um milhão e tal de euros! E é lá que estamos e vamos fazer o Porsim! Sei que há muita gente aqui sentada que esfregaria as mãos se não realizássemos essa obra. Não vão ter esse contentamento. -----

Já agora um esclarecimento: não vale a pena tentarem repetir inverdades relativamente a essa obra. Toda a gente sabe que o Comando Distrital de Operações de Socorro da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil emanou normas clarinhas, que o Governo sufragou e publicitou, de que era proibido realizar trabalhos de limpeza e de desmatção durante aquele período, que terminou agora a 30 de setembro. A obra vai retomar o curso normal. -----

Lançámos uma candidatura, conjuntamente com o Município do Fundão, no valor de 1 milhão de euros porque não estamos preocupados com aquelas populações! Como também, e aproveito para anunciar em 1.ª mão, que vamos proceder à requalificação, à reparação da entrada no Concelho da Covilhã via Pampilhosa, ou seja, aquela entrada que nos envergonha há mais de 20 anos. Essa estrada vai ser pavimentada para que quem entre provindo da Pampilhosa no Concelho da Covilhã tenha ali uma entrada condigna, segura, fluída e aprazível. -----

E, porque sei que muita gente tentou pôr senhores presidentes de junta contra senhores presidentes de junta relativamente àquela candidatura das Terras do Volfrâmio, não é por ela começar em Aldeia de S. Francisco de Assis que não há de chegar ao Sobral, a Casegas ou a S. Jorge da Beira! Tínhamos que começar por algum lado e a Beirauto fez a doação daquele edifício para se começar. O Município do Fundão concordou com inteiramente essa estratégia. -----

Portanto, ninguém me venha dar lições de moral sobre defesa de quem está no interior do interior e de quem tem mais dificuldades.” -----

Quanto às questões colocadas sobre as CAF's e os AF's, referiu que “se fez justiça e equidade, apesar de ter havido aumentos numa 1.ª fase que depois foram compensados com a isenção nas refeições, gerando todo o equilíbrio e equidade. -----

Não fazia nenhum sentido que uma escola/associação de pais praticasse um preço, que outra escola/associação de pais praticasse outro preço e que “concorressem” uns com os outros com o trabalho generoso que fazem as juntas de freguesia e com aquele que a Câmara esforçadamente também desenvolve. -----

É profundamente injusto que uns paguem pouco e que outros paguem muito, independentemente das suas capacidades financeiras e da sua situação social socioeconómica. -----

Neste momento, temos um sistema equilibrado em que há isenções para quem precisa de isenções, paga quem tem que pagar e esse mecanismo de aumento das componentes de apoio à família foi compensado com os custos das refeições e estão repostos o equilíbrio e a justiça social.

Bem sabemos as dificuldades que as famílias estão a passar e bem-queremos reduzir a fatura da água. A nossa água é das mais baratas da Beira Interior. Não é a água que é cara. Caro é o saneamento. O desafio que me pesa nos ombros, não na consciência porque nada tive a ver com a concessão deste negócio, quanto à resolução ou minimização deste problema é a de conseguirmos baixar o preço do m<sup>3</sup> do saneamento no concelho da Covilhã que é um escândalo. Reconheço que não é fácil. Estamos numa situação em que no negociar somos a parte mais fraca.

Costumo dizer que só há duas maneiras de resolver as coisas: a bem ou a mal. Se não for a bem, vai ser a mal. Garanto-vos que isso vai ter uma solução porque vivemos tempos difíceis e não quero que as famílias sofram mais do que aquilo que têm sofrido, estão a sofrer e algumas estão para sofrer. -----

Falou-se aqui que eu fosse instado a reduzir os impostos. Senhores Deputados, foi aprovado um plano de redução até 2022. Já reduzimos as taxas em 2020; vamos continuar a reduzi-las em 2021 e em 2022. -----

Quando se fala em redução faz-se sempre uma projeção. Não se vem aqui dizer “baixe lá as taxas e os impostos”. Isto não é assim! Não se baixa em abstrato! Tem que ser em concreto. Propunham. Digam “achamos que é justo reduzir X centésimas nesta ou naquela taxa de incidência do imposto”. É assim que se trabalha. Há um plano e vou seguir o plano. -----

Porsim – O CDOS deu por terminada a fase do perigo florestal. Os trabalhos foram reiniciados a 1 de outubro. Já lá estão a ser colocadas as máquinas e os trabalhos de desmatação vão começar nos próximos dias. -----

No que se refere aos postos da GNR, tratámos tão mal a questão que a Guarda Republicana, na última reunião do Conselho Restrito do Conselho Municipal de Segurança Restrito, propôs um Louvor à Câmara pela forma como tem abordado, tratado e empenhado na questão da resolução dos postos da Guarda Nacional Republicana! -----

Os três têm os projetos técnicos contratados. O Ministério da Administração Interna já aprovou o estudo prévio do Posto de Unhais e do Paul, estando a serem feitos os projetos de execução. O mais adiantado é o projeto de Unhais. O do Tortosendo é o mais complexo por ser uma obra de raiz. Logo terminados os projetos, serão abertos os concursos para as empreitadas de obras. -----

Habitação social – Nos bairros sociais estão a ser feitas obras de eficiência energética. Há muitos anos que ninguém intervinha nos bairros sociais. Estamos a fazê-lo. -----

O Bairro do Património e da Biquinha estão terminados. Estão a decorrer as empreitadas no Bairro da Alâmpada na Boidobra e irão seguir-se o Bairro do Cabeço. -----

A pintura de passadeiras ficou prejudicada pelo facto de os nossos três únicos colaboradores que constituem aquela equipa terem sido considerados doentes de risco e, nos tempos de pandemia, tiveram que estar em casa e tal impediu que as pinturas decorressem com normalidade. Felizmente já regressaram e estamos a retomar a normalidade nesse sentido. -----

Rua dos Maiorais – É uma realidade. De facto, há ali problemas, mas a questão não está esquecida e, a seu tempo, será tratada. -----

Acesso à Erada – Há a necessidade do alargamento e correção do traçado na parte inicial, desde do cruzamento com a estrada para o Paul. O projeto está a ser feito e, antes disso e independentemente desse projeto, iremos realizar obras (como já demos nota ao Senhor Presidente da Junta) para minimizar perigos que lá existem neste momento. -----

Estrada das Minas – Não foi concluída. Falta a camada de desgaste. É verdade, não vamos escamotear e não quero ser injusto de dizer que quem me antecedeu não realizou lá as obras de alargamento, que é preciso lá colocar a camada de desgaste, valetas, rails de proteção e sinalização horizontal e vertical. Não se pode fazer tudo de uma vez. Vamos fazendo. Se não tivéssemos feito a recuperação financeira da Câmara não estávamos a falar de obra nenhuma. -----

Casas do Património – O direito é, de facto, é apenas conferido aos usuários. Não há sucessão nesta figura, mas temos que encontrar mecanismos para que os seus sucessores sejam salvaguardados de outras formas. Esta foi a melhor solução que encontrámos no momento. O problema tinha que se resolver. Foi dado um passo fundamental, essencial, justo e equilibrado. Se me perguntarem se fiquei satisfeito, não. Queria que quem reside com os atuais detentores do direito à habitação pudessem suceder-lhes. Esta figura jurídica não admite sucessão e não podemos alterar o Código Civil. Podemos é encontrar outras soluções que venham ao encontro dessa pretensão. -----

Rua Júlio Maria da Costa – Já não é a primeira vez e várias pessoas o têm referido e impõe-se uma explicação. Há explicações técnicas para isso. Aquele traço contínuo foi lá colocado porque há excesso de velocidade. É um problema de civismo e, quando o civismo não existe, tem que haver regras. O traço longitudinal contínuo impede a ultrapassagem porque senão é só acelerar e acelerar em cima do infantário. Se retirarmos de lá isso, um dia destes temos lá uma criança, várias crianças ou pais, quando forem a atravessar, a serem atropelados pelo excesso de velocidade que ali é feito. É menos cómodo? É, mas é mais seguro. É preferível que uma coisa leve a fazer-se em mais um minuto ou dois ou mais cinco minutos do que a pessoa ser atropelada ou morta. Quando

temos que colocar nos pratos na balança opções, é assim e governar é exatamente isto. Era muito mais simpático retirar o traço longitudinal contínuo! -----

Amianto – Está em curso a candidatura porque há, felizmente, financiamento para isso. -----

E por falar em candidaturas, não resisto, porque também foram feitas aqui alusões, então não é que, depois de tantos arautos e profetas da desgraça andarem por aí aos sete ventos a dizerem que a Covilhã não tem rumo, não tem estratégia, não tem plano, ..., na região centro do país existem 100 municípios a beneficiar de fundos comunitários. Sabem em que lugar está colocada a Covilhã no aproveitamento de fundos comunitários, não sabem? Estamos em 7.º lugar. A realidade ninguém a pode branquear! É o 7.º município da região centro de Portugal com mais projetos e fundos aprovados pela CCDRC! E não foi a Câmara da Covilhã que deu esta estatística. São dados oficiais da CCDR.” -----

## 2.2 - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS

--- Foi concedida a palavra ao Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** para apresentação deste ponto da Ordem do Dia. **(Doc. 24)** -----

**“Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Membros da Mesa** -----

**Senhor Presidente da CMC e Senhores Vereadores** -----

**Senhoras e Senhores Deputados Municipais,** -----

**Caras e Caros Colegas Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho da Covilhã,** -----

**Caros Covilhanenses,** -----

*Não posso começar de outra forma, que não seja a de um profundo agradecimento aos meus colegas Presidentes de Junta de Freguesia e aos seus Executivos, pela resposta positiva ao convite que lhes formulei no passado dia 27 de Agosto, para em conjunto, partilhar preocupações, opiniões, ideias e pontos de vista face à entrada em vigor da Lei nº 50/2018, Lei-Quadro da transferência de competências e do Decreto-Lei nº 57/2019, que concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias;* -----

*Muitos me felicitaram e saudaram pela iniciativa, mas o que é certo, é que sem a vossa adesão, participação e envolvimento, a mesma não teria alcançado o objetivo de encontrar e propor a melhor estratégia por forma a valorizar o importante papel das Freguesias na **resolução dos problemas das populações.*** -----

*Em conjunto, numa lógica de construção. No coletivo, contrariando lógicas individualistas. Com responsabilidade e sentido institucional, em detrimento de projetos pessoais. Sabendo ouvir e aceitar a maioria, exercendo a democracia, foi possível construir uma posição conjunta de 20 das 21 Freguesias do Concelho da Covilhã. Saúdo e felicito as 20 freguesias subscritoras da posição*

conjunta que passo a apresentar. -----

1. **Face à data em que nos encontramos, Setembro de 2020, e pese embora 8 freguesias do concelho tenham deliberado a aceitação da transferência de competências logo em 2019 e outras 8 freguesias aceite a transferência de competências no ano de 2020, não foi possível concretizar a aprovação dos respetivos autos de transferência, identificando e quantificando expressamente os recursos a transferir do Município para as Freguesias. Nesta medida, todas as freguesias do concelho encontram-se colocadas sob a mesma perspetiva, ou seja, a aceitação obrigatória em 2021, o que resulta da Lei nº 50/2018, de 18 de Agosto;** -----
2. **Estando os Acordos de Execução de Delegação de Competências nas Freguesias em vigor até ao final do mandato 2017-2021 e que para a concretização da transferência de competências em 2021, deveriam já ter sido comunicadas pelo município à DGAL até 30 de junho de 2020 as deliberações autorizadoras da transferência de recursos (artigo 6º, nº 5, para efeitos de inscrição no Orçamento do Estado no ano seguinte), este processo só já poderá ter prática efetiva em 1 de Janeiro de 2022, salvaguardando que a cessação do acordo não pode originar quebra ou descontinuidade da prestação do serviço público (conforme previsto na cláusula 8ª) entre o final do mandato e 1 de Janeiro de 2022;** -----
3. **Deste modo, o processo de negociação para acordo de uma proposta de autos de transferência de recursos para as freguesias (DL 57/2019, Artº 5º, nº 1), com vista ao exercício das competências previstas no artigo 2º, iniciado em 12 de Agosto de 2019, mas não concluído, deve ser retomado com a maior urgência já no mês de Outubro de 2020. Por forma a estar concluído a 30 de junho de 2021 (com inclusão de todas as etapas previstas no DL: negociação, acordo dos órgãos executivos, aprovação dos órgãos deliberativos, celebração dos autos de transferência de recursos e comunicação obrigatória à DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais);** -----
4. **No âmbito deste processo, deve a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal da Covilhã, deliberar quais as competências que, no todo ou em parte, se revelem indispensáveis para a gestão direta do município e tenham natureza estruturante ou para a execução de missões de interesse geral e comum, sendo certo que as juntas de freguesia consideram que devem ser transferidas todas as transferências já previstas nos Acordos de Execução 2017-2021 (Gestão e manutenção de espaços verdes; Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; Manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão; Gestão e manutenção corrente de feiras e mercados; Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico; Manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico) e tendencialmente as restantes transferências previstas na Lei, ainda que estas careçam de uma análise mais detalhada, nomeadamente em relação aos procedimentos, normas e regulamentos, taxas a aplicar, para a sua correta execução e operacionalização;** -----
5. **Devem ser melhorados os critérios de ponderação, nomeadamente com a inclusão de novos e a atualização da informação que serviu de base aos Acordos de Execução 2017-2021, por**

*forma a diminuir eventuais injustiças entre freguesias, assim como devem ser clarificados, com a definição clara e inequívoca, o âmbito, abrangência e tipologia de intervenções das competências transferidas; -----*

- 6. Seria importante a Câmara Municipal da Covilhã, equacionar a transferência não só de recursos financeiros, mas também de recursos humanos e/ou patrimoniais, conforme decorre do DL 57/2019; -----*
- 7. Este é o momento e a oportunidade única para redefinição dos recursos transferidos para as freguesias de maneira a que estas possam ter mais competências que há muito reivindicam, acompanhados dos devidos recursos humanos e/ou patrimoniais e/ou financeiros, capazes de dignificar o trabalho das freguesias e dos seus órgãos em prol das populações. Este é o momento e a oportunidade única para estabelecer um contrato tripartido mais justo, entre o Estado Central, os Municípios e as Freguesias do Concelho da Covilhã, valorizando o trabalho de proximidade, a gestão eficiente e eficaz dos recursos públicos, promovendo a autonomia e independência das Freguesias, sobrepondo a relação institucional às lógicas relacionadas com as estratégias de maior ou menor descentralização dos atores de cada ciclo político e eleitoral. Isto só acontecerá com o reforço efetivo do valor global a transferir para as Freguesias, propondo que o mesmo se aproxime dos 5% do Orçamento Municipal, traduzindo-se o mesmo num montante mínimo anual de 1.500.000€. -----*

Permitam-me ainda algumas notas: -----

Primeira: uma comparação entre a Freguesia da Boidobra e a Commune de Duppigheim, com quem estamos Geminados. Em 2016, o orçamento de Duppigheim foi de 10 milhões de euros. Duppigheim tem 1600 habitantes e uma área de 7,38 km<sup>2</sup>. No mesmo ano, o orçamento da Boidobra foi de 230 mil euros. A Boidobra tem 3246 habitantes e uma área de 16,26 km<sup>2</sup>. **Significa isto um investimento de 6.250€ por habitante na localidade francesa e de 70€ na localidade portuguesa. Significa que Duppigheim tem 1 milhão e 300 mil euros por km<sup>2</sup> e que a Boidobra tem 14.145€ por km<sup>2</sup>. Não há milagres nem se fazem omeletes sem ovos!** -----

Segunda: Decidiu esta assembleia a transferência de todas as competências do estado central para os municípios, com o argumento que os primeiros seriam os que estariam em melhores condições de exigir recursos financeiros do estado para as competências transferidas. **Vai já tarde este processo, uma vez que legitimamente e de acordo com a lei, 8 freguesias em 2019 e mais 8 em 2020, deliberaram nesta perspetiva de antecipação. Contudo, estamos a tempo de emendar a mão. A descentralização não se afirma, pratica-se!** -----

Terceira e última: para recordar as afirmações do Senhor Presidente da CMC no Congresso Federativo de Castelo Branco do PS em que dizia **“Não podemos exigir ao poder central a descentralização (.../...), em nome do seu desenvolvimento e do interesse nacional e depois, em nossa casa praticarmos um princípio contrário, dando um péssimo sinal aquelas populações.”** –

**É pois de crucial importância que todos os intervenientes, Juntas e Assembleias de Freguesia, Câmara e Assembleia Municipal, encarem este processo com a elevada importância que ele tem. Estamos a definir os recursos patrimoniais, humanos e financeiros ao dispor das Juntas de**

**Freguesia para a execução de competências do Município até à próxima alteração da Lei-Quadro, significando por isso que podemos estar a falar de um horizonte temporal de 3, 4 ou 5 mandatos.** -----

**P'las 20 Juntas de Freguesia Subscritoras"** -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã:** “Quero agradecer de me terem enviado esta posição conjunta relativamente à transferência de competências do município para as freguesias e dizer que não podia estar mais de acordo com o teor do documento. No fundo, tem plasmado os princípios que defendo há muito tempo. -----

Sou um fervoroso defensor do princípio da subsidiariedade. Isto significa que quem está mais próximo administra sempre melhor. As câmaras fazem melhor do que o Governo em muita coisa. Não em tudo porque há questões que devem ser do âmbito nacional. E, a nível concelhio, as juntas fazem melhor do que a Câmara, em muitos aspetos, porque estão mais próximos. Estão todos os dias em cima do acontecimento. A verdade é que não pode o presidente da câmara, por mais atento que esteja, ter o dom de estar a par de tudo o que se passa num território com 550 km<sup>2</sup>, nem de tudo, em pormenor, do que se passa nas freguesias! Para isso e bem estão lá os senhores presidentes de junta! -----

Reconheço que esta posição é justa. É honesta do ponto de vista político, ou seja, visa um desiderato que é importante atingirmos e propõem, inclusive, uma verba e uma percentagem que é um bom princípio de conversa. -----

Acho que o importante desta discussão é que nos reunamos e comecemos no próximo mês novembro para que, em coletivo e conjuntamente com o Senhor Vereador do Pelouro, discutirmos esta temática. Acho que a verba não é escandalosa ou desproporcionada, mas vamos conversar e dialogar porque isto pressupõe negociação. Se não chegarmos a acordo, os senhores de um lado e a câmara do outro, não há transferência de competências por mais que a lei o diga e eu quero que existam. Mais do que aquelas que existem neste momento. -----

Também sou adepto de que as senhoras e os senhores presidentes de junta devem ter direito àquilo que precisam para desenvolver o vosso trabalho e também sou contra o princípio, e já o era no passado, de que os presidentes de junta não devem ser alguém que se dirige ao município de chapéu na mão. Não estou a dizer que isso acontece e sabem o a vontade que estão comigo. -----

Vamos trabalhar esta questão. Vamos sentar à mesa. Vamos reunir para que em junho tenhamos comunicado à DGAL qual é que é o âmbito das nossas transferências e em que termos será.” -----

- **Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso):** “A única freguesia que não assinou este documento foi a União das Freguesias da Covilhã e Canhoso e se fosse hoje a reunião faria exatamente o mesmo. -----

O Senhor Presidente da Câmara acaba de afirmar um compromisso relativamente a uma proposta. Mas, sou daqueles que defende a negociação e a negociação tem sempre uma base. E a base qual é? Zero! E porquê? Estamos a falar sobre a transferência das competências da Lei 50/2018 e não sabemos quais são as competências que vão ser transferidas. Para 5% nalguns casos pode ser demais e 20% noutros casos pode ser pouco. -----

Basta falar em dois aspetos destas competências: a gestão e a manutenção dos espaços verdes e a limpeza das vias e das zonas urbanas. Em relação à União das Freguesias da Covilhã e do Canhoso, faço a seguinte pergunta: será que os 5% seriam suficientes financeiramente para recebermos estas competências? -----

A nossa posição foi uma posição séria. Com todo o respeito que tenho por todos os presidentes de junta, dizer que estivemos presentes nesta reunião (no dia 2 de fevereiro de 2018 a União das Freguesias da Covilhã e do Canhoso também promoveu uma destas reuniões em que muitos presidentes não estiveram presentes por razões várias) e a posição que tomámos nesta reunião foi a de reunir primeiro com o Senhor Presidente da Câmara e com o Senhor Vereador das Freguesias e não aceito os 5%. Porque os 5%, no caso da União das Freguesias da Covilhã e do Canhoso, pode ser muito pouco. -----

Portanto, não houve aqui má fé por parte da maior freguesia aquela que dizem que é a freguesia com mais dinheiro. Não é verdade. É aquela que mais contribui para as finanças do município, nomeadamente através dos impostos. Não houve má fé. Houve sim a defesa de um direito. Fomos eleitos para defender os interesses dos fregueses da maior freguesia do concelho e foi esta a posição. -----

Esta reunião deveria ter sido antes. Vai haver uma reunião e, desde que sejamos convidados, lá estaremos para defender os interesses da freguesia.” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “Até porque fui eleito por um grupo de cidadãos sem qualquer motivação partidária e depois do que ouvi do meu amigo Carlos Martins, quero dizer olhos nos olhos que se houve alguém que se portou com dignidade e com sentido de estado neste processo foi o Marco Gabriel e não o ouvi, em momento algum, pôr-se em bico de pés para defender que partido fosse. Defendeu a Freguesia da Boidobra e esteve connosco a defender os interesses da Freguesia. Disse.” -----

**2.3 - PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO PDM DA COVILHÃ –  
DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A  
COMISSÃO CONSULTIVA**

Foram apresentadas as seguintes listas para a designação de um representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Consultiva do Procedimento de Revisão do PDM da Covilhã. –

A – Proposta do PS: Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes; -----

B – Proposta do DNCCP/CDS-PP/PSD: Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo). -----

Tendo-se procedido à eleição por voto secreto, foram registadas as seguintes votações: -----

A: 20 votos -----

B: 12 votos -----

4 Votos Brancos -----

*Face à votação, foi designada, por maioria, como representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Consultiva do Procedimento de Revisão do PDM da Covilhã a Senhora Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, não tendo participado na votação, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira (DNCCP), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP), Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso) e Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada). -----*

**2.4 - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE PARA O CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO  
DOS CENTROS DE SAÚDE DA COVA DA BEIRA (ACES) BELMONTE, COVILHÃ E FUNDÃO**

Foram apresentadas as seguintes listas para a eleição de um representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde da Cova da Beira (ACES) Belmonte, Covilhã e Fundão: -----

A – Proposta do PS: Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro; -----

B – Proposta do DNCCP/CDS-PP/PSD: Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto.

Tendo-se procedido à eleição por voto secreto, foram registadas as seguintes votações: -----

A: 16 votos -----

B: 15 votos -----

4 Votos Brancos -----

A Mesa da Assembleia Municipal, contados os votos, verificou que um membro municipal não tinha colocado o seu boletim de voto na urna destinada para o efeito. -----

***Face à votação, foi eleito, por maioria, representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde da Cova da Beira (ACES) Belmonte, Covilhã e Fundão o Senhor Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, não tendo participado na votação, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira (DNCCP), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP), Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso) e Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada).*** -----

## 2.5 - 2.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 11 de setembro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 4286 de 2020.09.14 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***2.ª Alteração Orçamental Modificativa*** foi a mesma ***aprovada, por maioria, com 24 votos a favor (PS, PCP e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Peso e Vales do Rio) e 9 abstenções (DNCCP, CDS-PP, PSD).*** -----

***Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores Membros Municipais Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira (DNCCP), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP), Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco***

*de Assis), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso) e Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada).*-----

## 2.6 - PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de julho de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2, do artigo 5.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º 44/2019, de 01 de abril, através do ofício n.º 3560 de 2020.07.24 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP):** recordou as palavras do Senhor Presidente em exercício “na altura em que isto foi discutido em sede de reunião de câmara que achava que o Plano era muito bem concebido e que tinha pena que o mesmo não tivesse tido a oportunidade de ser apresentado aos eleitos em sede de reunião de câmara ou à população e hoje aqui reunidos em sede de Assembleia Municipal, com o técnico responsável pela área presente, não houve também o cuidado de o apresentar aos eleitos desta Assembleia.” -----

Continuou dizendo que “quando se considera que este Plano é efetivamente bom, há aqui situações que deviam ter sido acauteladas no nosso entender. -----

Relativamente a este Plano, para cada tipo de risco que se considera foram realizados algum tipo de teste ou algum tipo de exercício? Um Plano sem teste creio que não faz sentido e não serve para rigorosamente nada. Não conhecemos a fita do tempo nem a avaliação destes testes. -----

Há aqui informação que nos falta. -----

A avaliação do grau de probabilidade ou de gravidade de um evento – Foi tomada com base em que critérios e como foram definidos? -----

No caso da equipa técnica que elaborou o Plano ou que consta depois na Equipa de Proteção Civil Municipal, existem, por exemplo, engenheiros civis ou arquitetos que possam atestar no caso de derrocada se um edifício está ou não capaz de ser utilizado ou se deve ser evacuado. -----

Num ano como este, estranha-se que não se faça referência nenhuma, num plano de proteção civil municipal, a uma pandemia. -----

O Corpo Nacional de Escutas faz parte do Plano, mas não consta o contacto do responsável, por exemplo. -----

Em termos de apoio logístico, estão identificadas empresas que possam disponibilizar meios de apoio sejam eles, por exemplo, bens alimentares para as equipas no terreno ou equipamentos ou outro tipo de bens necessários às equipas de proteção civil, bem como o apoio logístico para as equipas no terreno? -----

Questionar, no caso das barragens, se foram contemplados planos específicos para casos, por exemplo, de fissuras ou num caso de um sismo ou, por exemplo, uma estrutura como uma barragem colapsar o que acontece àquela água, que tipo de ações tomamos, se este tipo de situações foi contemplado? -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)**: referiu que lhes parecia “que o Plano é um documento bem estruturado com o devido enquadramento legal, com uma estrutura e uma hierarquia de comando, articulação e coordenação, com a definição clara das responsabilidades dos diferentes atores. -----

Parece-me ajustada ainda a concretização das unidades locais de proteção civil a nível de freguesia que penso que se deveria implementar estas unidades a todas as freguesias do concelho. -----

Contudo, pensamos que é na prevenção e na concretização dos trabalhos de limpeza, no caso dos incêndios, no ordenamento e na limpeza das florestas, assim como na reflorestação do território que é possível evitar grandes catástrofes; prevenção de acidentes com uma rede viária concelhia onde seja possível transitar em segurança, quer ao nível do piso, quer ao nível da sinalização horizontal e vertical; prevenção de inundações com a implementação de uma rede de águas pluviais e de limpeza das linhas de água.” -----

Por último, referiu que “toda a Câmara é responsável ou deveria ser responsável, quer quem está a tempo inteiro ou quem não está a tempo inteiro, porque, no fundo, a responsabilidade pela proteção civil concelhia é de toda a Câmara e não de parte da Câmara.” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS)**: “Parece-nos que o Plano apresentado é um plano que, embora extenso, está bem elaborado e onde penso que, até numa Assembleia Municipal mesmo com poucos pontos que fossem, seria um documento técnico um bocadinho extenso para se apresentar neste contexto. Porventura, pode o CDS lançar o repto ao Senhor Presidente que o faça noutra forma de contexto ou numa Assembleia Municipal que seja específica para algum ponto em específico como o próprio Regimento refere essa possibilidade. -----

É um plano de emergência municipal. Para não termos uma emergência é preciso que exista uma prevenção, uma monitorização, mas uma coisa não é impeditiva da outra. -----

Aquilo que é apresentado é a identificação dos principais riscos e das cadeias de comunicação na eventualidade de existir essa emergência municipal.” -----

Relativamente à questão da pandemia, referiu que “o próprio técnico abanava a cabeça dizendo que o documento refere a questão, portanto esse risco é avaliado e, de acordo com aquilo que tive a oportunidade de ler, havia exercícios de simulação. -----

Ao nível da barragem, por aquilo que pude ler no documento, há uma avaliação de risco associada à possibilidade de rutura da barragem. A nossa barragem, independentemente de ser da década de 60, só no decorrer de 2020 é que, em termos de enquadramento legal, foi feita a classificação 2 e mediante essa classificação fica associado também o risco a uma situação de rutura que faz com que tenha que haver um próprio plano de emergência interno associado a essa barragem. ---

Por outro lado, não compete exclusivamente seja aos técnicos da Câmara Municipal, seja ao técnico da Proteção Civil, ver algumas avaliações de risco. Nomeadamente em termos de barragens, existe a APA e o LNEC que fazem periodicamente essa avaliação em termos de infraestrutura e são levantados depois um relatório dessas entidades que levam a que haja uma monitorização de uma determinada forma ou que tenha que ser feito algum tipo de intervenção. Ao nível de outro tipo de danos infraestruturais, o LNEC terá também essa capacidade. Não passa exclusivamente pelos técnicos do Município. -----

Em suma, parece-nos um documento bem elaborado e do nosso ponto de vista vamos aprovar favoravelmente o documento.” -----

- Foi concedida a palavra ao Senhor Eng.º André Morais, Técnico Superior do Serviço Municipal de Proteção Civil, com a anuência do Senhor Presidente da Câmara Municipal, que, após cumprimentar todos os presentes passou a esclarecer alguns pontos levantados. -----

“Relativamente à parte técnica, importa referir que o Município da Covilhã até 2015 não tinha Plano ativo, nem tinha o Plano feito. Foi desenvolvido em 2015. Foi enviado na altura à Comissão Nacional de Proteção Civil, tendo sido aprovado por três anos, e obrigava à simulação do próprio Plano. -----

O Plano foi testado em cpx. Existe ttx, livex e cpx e o nosso Plano foi aprovado em cpx e, neste caso, foram envolvidos todos os agentes de proteção civil de âmbito municipal e de âmbito distrital. Em 2018 fizemos um teste, uma fita de tempo. Foi dado a conhecer aos eleitos e foram também envolvidas todas as estruturas. As juntas de freguesias também receberam esse formato através do presidente de junta que os representa. -----

Uma das coisas que fazemos diariamente, a nível de proteção civil, é informar a Comissão de tudo aquilo que o Serviço Municipal de Proteção Civil faz. Não digo ao minuto, mas quase todos sabem o que está a acontecer. Hoje tivemos cerca de 30 intervenções derivado ao tempo e toda a gente o sabe em tempo real. Quem gere e quem avalia o trabalho feito pelo Serviço Municipal de Proteção Civil Municipal é a Comissão Municipal de Proteção Civil. A parte política é gerida pelo Senhor Presidente; a parte operativa é feita pela Comissão e esta gere o trabalho do Serviço Municipal de Proteção Civil Municipal. -----

Já fizemos o cpx que está devidamente documentado e foi enviado à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil que colaborou ativamente nesse teste. Foi feita uma fita de tempo.

Foi feito um levantamento das necessidades e das fragilidades envolvidas. Alguns interlocutores perceberam claramente onde estava a fragilidade do Plano na articulação entre eles e, antes de acabar 2019, foi-nos pedido para o revermos segundo a nova geração de planos – a 3.ª geração de planos de emergência e proteção civil. Foi isso que foi feito pelo Serviço Municipal. -----

Reunimos a Comissão Municipal de Proteção Civil e dissemos-lhe que estávamos a atualizar o documento. A CIM até consultou todos os municípios do distrito e o nosso Município não quis entrar na contratação externa para a feitura do plano. Foi o Serviço Municipal de Proteção Civil que o fez e que o desenvolveu segundo a nova geração de modelo. -----

Neste caso, foi aprovado a 20 de março em sede de Comissão Municipal de Proteção Civil por unanimidade. Foi feito; foi enviado a todos os presentes na Comissão que não se pronunciaram, tirando a Segurança Social que fez um *input* de qualidade que foi logo colocado e plasmado no documento. -----

No dia 2 de outubro do ano passado, ainda o plano estava válido, foi aprovado em Comissão Municipal de Proteção Civil por unanimidade e foi enviado, como diz a regra, para a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil para análise. Não para aprovação na totalidade porque agora confere à Assembleia essa decisão, mas para pronúncia. E a pronúncia veio no dia 3 de abril deste ano, dizendo que o plano está aprovado, está bem construído e que precisa de melhorar 12 pontos. -----

Antes de ser submetido à Assembleia, foi dito a todos os membros da Comissão Municipal aquilo que devia ser feito e todos concordaram. Foi retificado; todos os *input's* de melhoria foram plasmados neste documento e só o teríamos que o fazer em 2023, mas já o foram agora. -----

Sendo hoje aprovado, vai ser dado conhecimento à Comissão Nacional de Proteção Civil, à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (Comando Distrital de Castelo Branco) e será também publicado em *Diário da República*. -----

Nunca tivemos o nosso plano obsoleto, ou seja, esteve sempre “legal”, sempre ativo e, quando o ativámos neste surto epidemiológico que está a acontecer neste município, a nível nacional e a nível mundial, tivemos sempre o cuidado de referir à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil que atempadamente estava em revisão. -----

Na página 31 lê-se, nas medidas de ativação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, “*Surto epidemiológico grave do qual resultem vítimas mortais e que se preveja um alto nível de contágio*”, ou seja, o nível de contágio era espetável que fosse muito grande, o Senhor Presidente reuniu a Comissão Restrita da Proteção Civil que decidiu dar um parecer positivo e o Senhor Presidente ativou o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil. -----

Relativamente à matriz de risco, ela é feita através de um enquadramento, ou seja, existem probabilidades, severidades, ... e toda ela é ali plasmada. -----

Relativamente à questão das infraestruturas, tivemos um simulacro conjunto com o *Serra Shopping* em que houve uma infraestrutura, no *Serra Shopping*, que estava afetada. Nesse simulacro, que colaborámos ativamente, foi colocado logo uma equipa à primeira linha do Município para avaliar a infraestrutura, ativando também nessa fita de tempo o LNEC para apoio

à decisão da infraestrutura. O nosso âmbito é a evacuação, a proteção de pessoas e bens e depois, a nível estrutural, o Município consegue dar o primeiro *input* e, a seguir, é feita a ativação de uma equipa do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. -----

A alimentação depende. Num incêndio rural, quem faz a gestão da alimentação é o Corpo de Bombeiros que tem a responsabilidade operacional sempre com a articulação do Município e é isso que temos feito, ou seja, o Município intervém com combustível, com veículos, com máquinas de rasto, com retroscavadoras, ... e, se o Corpo de Bombeiros não conseguir dar uma resposta, o Serviço Municipal de Proteção Civil consegue interagir e despoletar. -----

Não confundir uma ocorrência com uma ativação de um plano porque numa ocorrência consigo lá colocar mil pessoas e não ativa o Plano Municipal de Emergência. Ativando o Plano Municipal de Emergência, existe uma rubrica financeira de disponibilidade que todos aqueles que colaboram ativamente para a solução têm que ajudar. São coisas distintas. -----

Relativamente à barragem, estamos numa zona que não é fértil em sismos. Tem uma baixa probabilidade sísmica. Pode existir como é óbvio. A nível de barragens, neste momento, está a ser feito um trabalho com o CDOS para se perceber qual vai ser o nosso posicionamento a nível de infraestruturas e de plano de intervenção. -----

Dizer que estamos a concluir, a nível do Serviço Municipal de Proteção Civil, o Plano de Emergência para as Penhas da Saúde porque, sendo uma zona que alberga muitos turistas, também é importante termos um plano e estar devidamente construído. Vai ser apresentado na Comissão para depois também ser apresentado aos eleitos e aos deputados. -----

As unidades locais de proteção civil iniciaram-se. Existe regulamento; existe tipificação; existe organigrama; existe também a parte funcional em que o senhor presidente de junta é responsável pelo seu âmbito de freguesia. Começou-se o processo com Sobral de S. Miguel porque tinha um grupo de voluntários. Houve uma pausa porque era necessário certificar a formação na sua totalidade. É um processo que está neste momento a decorrer para darmos cabimento às unidades locais de proteção civil. Está construída a parte burocrática, agora é preciso haver também recursos voluntários com formação e com capacitação para atuarem. -----

Incêndios rurais – temos um Plano Municipal de Defesa contra Incêndios. É esse que deve prever, de grande modo, a parte rural florestal. -----

A responsabilidade do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil é da Comissão e a Comissão tem um representante político, neste caso que é representante das juntas de freguesia – Dr. Jorge Viegas -, esteve presente no cpx no exercício e, na altura, foi-lhe proposto que interagisse diretamente com a freguesia. O exercício foi feito na zona do Sarzedo (um nevão), em que havia infraestruturas que colapsaram, falta de abastecimento de água e de luz, e automaticamente o presidente de junta eleito estava no posto de comando e falou com o Presidente da Junta da União de Freguesias do Teixoso e Sarzedo e percebeu-se aí algumas fragilidades de comunicação com outros agentes da proteção civil porque é preciso treinar. Os planos servem para treinar e não só para ser um conjunto de folhas. É isso que temos feito ao longo dos tempos.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil da Covilhã** foi a mesma **aprovada por maioria, com 24 votos a favor (PS, PCP e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Peso e Vales do Rio) e 5 abstenções (DNCCP e CDS-PP)**. -----

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Doutor Hugo Ferrinho Lopes (PSD), Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira (DNCCP), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP) e os Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Dominguiso, Barco e Coutada). -----

Foi feita Declaração de Voto: -----

- Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)**: “O nosso Grupo Parlamentar optou por se abster, por duas ordens de razões: - primeiro, penso que um Plano destes, com a importância que tem e que merece, devia ter aqui uma pequena apresentação, mais formal, mais elucidativa e mais exemplificativa; segundo, tem a ver com uma questão de tempo, ou falta de tempo. -----

Isto é um Plano extremamente importante para o Concelho, tem a ver com a segurança das pessoas, dos Cidadãos e o tempo que nos foi disponível, para analisar um Plano com tanta importância, foi escasso. Aliás, o Senhor Responsável, e bem, disse que isto até passou por mais do que uma Comissão, foi estudado, foi ponderado, foi aferido. Nós não tivemos o tempo necessário para fazer essa aferição. -----

Sugerimos que, no futuro, questões como esta seja feita a adequada aferição, no sentido de dar mais tempo para se poder analisar, estudar, neste caso concreto, um Plano com esta importância.

Não temos nada contra o trabalho feito, nem pomos isso em causa, pelo contrário. Mas para votarmos, nós gostamos de votar em consciência e, neste momento, entendemos que não temos os requisitos necessários para podermos estar aqui a votar sim ou não. Aquilo que lemos foi insuficiente e aquilo que estudamos foi insuficiente para tomar uma posição diferenciada. Daí, a razão de ser do nosso voto ser a abstenção.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara** solicitou o uso da palavra para esclarecer que o presente Plano tinha sido aprovado em reunião de Câmara e “que eu saiba o Senhor Deputado que acabou de usar a palavra tem um Vereador na Câmara Municipal que teve acesso ao documento ou então não há diálogo entre vocês. Se não há diálogo entre vocês é grave. Fazia-lhes chegar o documento e os senhores tinham todo o tempo do mundo para o estudar e hoje vir tomar posição sobre ele.

Quando não havia plano nada diziam; agora que existe, é bom, e que até a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil o chancela, tem de carecer de um primor e de uma análise muito aprofundada e muito refinada com uns slides, umas fotografias, um filme, uns desenhos!” -----

- O Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** retrucou dizendo que quem estava na Câmara estava na Câmara e quem estava na Assembleia estava na Assembleia. -----  
Respondeu ainda que o Senhor Presidente da Câmara devia ter o adequado respeito aos Membros Municipais. -----

**2.7 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS  
A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E O ICNF – INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA  
NATUREZA E DAS FLORESTAS, IP**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 03 de julho de 2020, foi presente à Assembleia Municipal para conhecimento o assunto acima identificado que lhe foi remetido nos termos conjugados das disposições do RJAL – Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, contidas nas alíneas k) do n.º 1 do art.º 25.º e m) do n.º 1 do artigo 33.º, através do ofício n.º 3267 de 2020.07.06 e seus anexos, documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Protocolo de Colaboração e Delegação de Competências a celebrar entre o Município da Covilhã e o ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP.** -----

**2.8 - CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS –  
ANO LETIVO 2020/2021 – ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO  
E DE APOIO À FAMÍLIA NO PRÉ-ESCOLAR E COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NO 1.º  
CICLO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 11 de setembro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea K), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 4290 de 2020.09.14 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**, “relativamente a estes pontos efetivamente eles tratam-se todos de delegações de competências às Freguesias na área da educação e parecem-nos bem que possam ser assim discutidos. Relativamente a este assunto é de facto o assumir de uma competência que é da Câmara Municipal, que passou para o Município que teve este percalço no início do ano letivo e que deve ser acautelado nos próximos anos fazer as coisas com mais tempo. Nós, na Freguesia de Boidobra, tivemos o cuidado de durante o mês de agosto estar em contacto com a Senhora Vereadora, nomeadamente para a competência das atividades de apoio à família no 1.º ciclo. -----

Esta competência é assumida pelo Município com contratos de delegação de competências com as juntas de freguesia que o quiseram assumir, que estão próximas e podem fazer um bom trabalho, e com as associações de pais. -----

Há relatos que se perde alguma qualidade em termos do ATL, sendo da Câmara Municipal, porque estavam habituados àquilo que eram os ATL's das juntas de freguesia. Temos que caminhar para que a própria Câmara Municipal possa conseguir assegurar o serviço, a questão do alargamento do horário, naquilo que são as necessidades dos pais, aquilo que são as atividades implementadas nomeadamente fora dos períodos escolares e nas interrupções letivas, que incrementem qualidade, que deem tempo livre de qualidade às crianças, ...” -----

Referiu que há “uma melhoria do texto do protocolo e há a introdução da obrigatoriedade do contrato de trabalho. Este tem sido um ponto fundamental na nossa votação.” -----

Perguntou: -----

- “Se todas as pessoas que estão contratadas, neste caso nas Juntas de Freguesia, vão ter contrato de trabalho; -----
- Situação das pessoas que foram colocadas como contrato de emprego e inserção da Câmara Municipal – Quantos é que estão nesta situação (alguns trabalhavam para as Juntas de Freguesia, por informação que fomos recolhendo) e quantas pessoas estão por contrato de emprego de inserção da Câmara Municipal, ou seja, não estando aqui a contrariar o princípio de que colocámos 32 pessoas o ano passado e que agora estamos novamente a promover a precariedade.” -----

Prosseguiu dizendo que “a minuta diz que a Câmara compromete-se a pagar o vencimento e o pagamento da Segurança Social. Alertava para o seguinte: os custos com o pessoal não são só o vencimento e a parte da Segurança Social. Acho que colocaria no texto do protocolo todos os direitos dos trabalhadores. Se estamos a falar de contratos que são estabelecidos de 10 ou 11 meses, a pessoa tem direito aos proporcionais dos subsídios de férias e de subsídio de Natal

quando acaba o contrato; tem direito à indemnização por cessação de contrato de trabalho; etc. Portanto, tudo isso tem de ser assegurado. -----

A minuta fala num anexo ao protocolo, mas o anexo não vem cá. Não conseguimos perceber toda a informação e esta deve ser melhorada, sobretudo no quadro final que aqui aparece em que era importante que se colocasse a freguesia, o número de alunos, o número de salas, o número de escolas, o número de funcionários e horas de trabalho para a gente perceber os valores. -----

Se as coisas não são bem explicadas há sempre aquele sentimento que estou a ser prejudicado porque tenho menos dinheiro que o outro, quando isso tem a ver com critérios. -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Quando na última Assembleia disse que não voltava a fazer protocolo com a Câmara Municipal nos moldes em que tinham sido feitos ao longo dos anos, desta vez as coisas foram alteradas e assumimos o protocolo de delegação de competências para a educação com 3 colaboradoras que vão ficar com contratos a termo, com a sua situação regularizada e, finalmente, podem ter todos os seus direitos. -----

No protocolo não está discriminada a questão que o Deputado Marco Gabriel falou, mas o valor contempla esses pressupostos até do subsídio de alimentação e do seguro de acidentes de trabalho. É diferente do que ser em prestações de serviço. -----

As pessoas ficaram contentes como é evidente. Sou representante de pais numa escola e aproveito para dizer à Câmara Municipal que tem que resolver a situação de que não podem estar pessoas a trabalhar, através do Instituto do Emprego, que, a meio desse contrato, lhes vai acabar o subsídio de desemprego e a escola de Montes Hermínios vai ter esse problema. Agradecia que tivessem consideração a essa gente que já estão a trabalhar há 10 anos com contratos com a Junta de Freguesia do Tortosendo e que agora viram a sua situação ser diferente da dos outros.”

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contrato de Delegação de Competências nas Freguesias- Ano letivo 2019/2020 - Assegurar o Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-escolar e Componente de Apoio à Família no 1.º Ciclo*** foi a mesma ***aprovada por maioria, com 29 votos a favor (PS, DNCCP, PSD, PCP e IND) e 3 abstenções (CDS-PP)***. -----

## **2.9 - CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS – ANO LETIVO 2020/2021 AQUECIMENTO ESCOLAR**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 11 de setembro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea K), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 4288 de 2020.09.14 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**, “relativamente à questão do aquecimento, continuamos a não conseguir perceber como é que o Município (até temos um ponto a seguir para aquisição de serviços de energia elétrica com outros municípios da região, ganhando escala e tentando ganhar competitividade negocial junto dos operadores) neste caso divide 50 mil euros por não sei quantas juntas de freguesia quando, eventualmente, seria mais benéfico fazer escala e conseguir ganhos de escala relativamente a esta matéria. -----

Não conseguimos entender porque é que se passa o dinheiro para a junta e a junta paga ao fornecedor.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)**: “Relativamente ao aquecimento escolar, de facto, apenas recebemos o dinheiro e passamo-lo para quem nos fornece o respetivo gasóleo.

Aproveito para alertar a Câmara Municipal que, na Escola de Vales do Rio, a caldeira que lá está foi a Junta de Freguesia que a comprou porque tinha uma caldeira que não funcionava e, desde 2016, continuamos à espera do respetivo protocolo para resolver a situação.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contrato de Delegação de Competências nas Freguesias - Ano letivo 2019/2020 – Aquecimento Escolar** foi a mesma **aprovada por maioria, com 29 votos a favor (PS, DNCCP, PSD, PCP e IND) e 3 abstenções (CDS-PP)**. -----

## **2.10 - CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS – ANO LETIVO 2020/2021 TRANSPORTES ESCOLARES**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 11 de setembro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea K), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 4289 de 2020.09.14 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**, “quanto aos transportes escolares, trata-se de um serviço já há muito tempo instituído de um serviço público de transportes feito com duas Freguesias que prestam serviço. Ou seja, há necessidade concreta e se calhar isso pode ser um bom ponto de partida para a Câmara Municipal poder equacionar a possibilidade de um serviço municipal de transportes, não se calhar os urbanos, mas os interurbanos, portanto das Freguesias para cá que o Senhor Presidente dizia há pouco que a competência não era da Câmara Municipal. Não é da Câmara Municipal porque a Câmara Municipal não quer porque delegou na CIM. -----

Se calhar é altura de, com esses problemas todos das operadoras a fazerem grande pressão junto Município, começarmos a pensar num serviço municipal de transportes à semelhança daquilo que estas duas Freguesias de Cortes do Meio e da Erada já fazem.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contrato de Delegação de Competências nas Freguesias - Ano letivo 2019/2020 – Transporte Escolar** foi a mesma **aprovada por maioria, com 29 votos a favor (PS, DNCCP, PSD, PCP e IND) e 3 abstenções (CDS-PP)**. -----

## **2.11 - CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE COVILHÃ E CANHOSO – FUNCIONAMENTO DO REFEITÓRIO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO BÁSICO DO CANHOSO – ANO LETIVO 2020/2021**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 11 de setembro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea K), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 4293 de 2020.09.14 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** – “Trata-se de transferir dinheiro para a União das Freguesias de Covilhã e Canhoso pagar uma renda ao proprietário privado dos espaços onde funcionam as refeições. -----

Também não se percebe porque que é que a Câmara não faz isso diretamente ou porque é que não encontra um espaço público que poupe, eventualmente, este valor. -----

Aprovamos isto todos os anos; é sempre o mesmo valor; e, vamos ver, foi preciso mais 24 etapas no EDOC para vir aqui! Isto é muito tempo perdido pelos serviços camarários! Tem que se agilizar melhor a máquina pública!” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Covilhã e Canhoso – Funcionamento do Refeitório do estabelecimento de ensino básico do Canhoso – Ano Letivo 2020/2021*** foi a mesma ***aprovada por maioria, com 29 votos a favor (PS, DNCCP, PSD, PCP e IND) e 3 abstenções (CDS-PP)***. -----

## **2.12 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA ENERAREA PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSO PARA AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) E BAIXO TENSÃO NORMAL (BTN) PARA AS DIVERSAS INSTALAÇÕES DE CONSUMO DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ (INCLUINDO INSTALAÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA)**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 03 de julho de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas k), do n.º 1, do artigo 25.º, b) do artigo 23.º e m) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 3266 de 2020.07.06 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: -----

- **Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael (PCP)**: perguntou “qual é a poupança estimada pelo Município neste concurso público internacional? -----

Quería lembrar que, em 2013, já se falava da possibilidade da Covilhã e do Fundão, conjuntamente, adquirirem energia elétrica. -----

Quando é que começamos a produzir energia? Saíram umas notícias em tempos da possibilidade de comprar com a Siemens e a Siemens comprar com o Município para produzir energia a partir da distribuição de água e não se ouviu falar mais sobre essa possibilidade. -----

Vamos votar a favor. Parece-nos que é a melhor forma, face a um setor que está entregue a privados. Na nossa perspetiva é um setor estratégico. Devia ser controlado pelo Estado, ser público e estar em mãos públicas. Essa era a garantia de que as entidades públicas e os municípios, em particular, pagariam menos pela energia. Era a garantia de que as pessoas pagariam menos pela energia elétrica. Temos uma das energias mais caras.” -----

- Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “o procedimento é que vai ditar as propostas que não de traduzir essa mesma poupança. Não temos um número fixo. Uma análise preliminar, atendendo a situação atual de mercado, é de cerca de 10 %. É a previsão.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Delegação de Competências na ENERAREA para abertura do Procedimento concurso para aquisição de energia elétrica em Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) para as diversas instalações de consumo do Município da Covilhã (incluindo instalações de iluminação pública)** foi a mesma **aprovada por maioria, com 28 votos a favor (PS, DNCCP, PSD, PCP e IND) e 3 abstenções (CDS-PP)**. -----

Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar (PS)**: “O Partido Socialista votou favoravelmente porque com um contrato feito de forma abrangente para vários edifícios e até em conjunto com um outro município fará com que a tarifa da eletricidade seja mais baixa e assim consigamos competir e ter menos custos com essa fatura.” -----

### **2.13 - CLASSIFICAÇÃO COMO SÍTIO DE INTERESSE MUNICIPAL DO CASTRO DA ARGEMELA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE BARCO E COUTADA, CONCELHO DA COVILHÃ**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 03 de julho de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas k), do n.º 2, do artigo 25.º e t) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 3268 de 2020.07.06 e seus anexos. --

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Classificação como Sítio de Interesse Municipal do Castro da Argemela, União de Freguesias de Barco e Coutada, concelho da Covilhã** foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS): (Doc. 25)** *“É remetido para deliberação desta Assembleia a proposta aprovada em reunião de Câmara do dia 7 de Julho, acompanhada dos respetivos pareceres científicos que a sustentaram. Como se pode verificar dos mesmos, o seu interesse arqueológico é conhecido e referenciado há alguns séculos e a importância que lhe é dada é extremamente relevante. Não podemos por isso ignorar ou minorizar o interesse histórico que os cientistas lhe dão, nem tão pouco alhear-nos da responsabilidade de preservar para as próximas gerações os achados existentes no Castro da Argemela, muitos deles ainda por explorar, o que justifica só por si a preservação do local e a sua consequente classificação.* -----

*Paralelamente, é conhecida a longa luta da população residente no sentido de rejeitar a instalação naquela área de prospecções mineiras que levariam à irremediável perda deste património. Não podemos ignorar que algum interesse económico para a região poderia advir desse facto. Mas o progresso económico não se pode fazer à custa da perda do património histórico, que por si merece ser preservado, mas cujo valor económico também não pode ser ignorado. Aliás, no longo prazo, este valor económico da presença e preservação do património histórico pode ser muito mais relevante do que todo o minério que seja lavado do solo. Acresce ainda que, o empenhamento demonstrado pela população na sua longa defesa do património e a rejeição das soluções que inevitavelmente o iriam destruir merece, só por si, uma posição de inequívoca solidariedade por parte da bancada do Partido Socialista, pois, se aqueles que mais iriam beneficiar do progresso económico o entendem como mais prejudicial que benéfico para a comunidade, seria, no mínimo, alguma sobrançeria vir este órgão dizer o contrário.* -----

*Assim, pelo interesse histórico e arqueológico que o sítio evidencia, mas também pela solidariedade que a população desta comunidade merece, a bancada do Partido Socialista vota favoravelmente a classificação do Castro da Argemela como Sítio de Interesse Municipal.”* -----

## 2.14 - CPCJ COVILHÃ – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - 2019

--- O presente assunto foi remetido à Assembleia Municipal, pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã, para conhecimento, documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Usaram da palavra os Senhores Membros Municipais: -----

- **Dr. José Paulo Pina Simão (PS):** “Todas as discussões pertinentes, importantes e essenciais à nossa vida pouco significado terão se não considerarmos as crianças. -----

O que é que será das discussões das estradas, das competências das freguesias e dos esforços dos municípios e de quem dirige os nossos destinos municipais se amanhã não houver crianças?! -----

Agradeço, em nome da CPCJ, os últimos resistentes desta plateia o facto de irem ouvir um bocadinho questões que dizem respeito, não aos trabalhadores, não ao aquecimento das escolas, não às delegações de competências, mas às crianças. E crianças especiais. São crianças e jovens que são sinalizados como de risco ou de perigo. São coisas que existem no nosso concelho. Existem crianças sinalizadas por motivos de risco e por motivos de perigo. -----

Bem sei que são questões que gostamos mais de atirar por debaixo do tapete porque é chato estarmos a falar de questões desagradáveis e de questões que custam tratar e que custam ouvir.

Como sabem, a CPCJ desdobra-se em duas modalidades de funcionamento: Comissão Alargada, composta por todos os membros da Comissão da Proteção de Crianças e Jovens, e Comissão Restrita composta por técnicos que tramitam a sinalizações efetuadas pelas entidades sinalizadoras. -----

Atualmente, a Comissão Restrita é composta pelo Senhor Presidente, por dois técnicos da Câmara Municipal, por um técnico do Ministério da Educação (a tempo inteiro), por uma técnica do Ministério da Saúde (a tempo parcial), por uma técnica do Ministério da Segurança Social (estava a tempo inteiro e passou a tempo parcial), por um representante da GNR e por dois elementos cooptados (uma psicóloga e uma assistente social). Estes dois elementos cooptados estão em rigoroso regime de voluntariado. -----

No ano de 2019, a CPCJ tramitou 212 processos. Portanto, houve 212 sinalizações de perigo para as nossas crianças, dos quais 95 novos e 42 reabertos. -----

Principais problemáticas – Dos dados comparativos que constam do relatório produzido e para um período de 6 anos (de 2014 a 2019), podemos retirar 3 conclusões: -----

- 1.º Há um aumento sustentado dos casos da exposição a comportamentos que possam ou podem comprometer o bem-estar e desenvolvimento das crianças e estamos a falar fundamentalmente de violência doméstica. É um problema que hoje, de vez, é decididamente de atacar. É evidente que é preciso dar respostas às situações de violência doméstica verificadas, reais e atuais, mas é também muito importante pensar na prevenção da violência doméstica e encontrar respostas sociais para este problema. Ninguém pode ficar de fora nesta tentativa de dar resposta à violência doméstica, desde os órgãos do Estado (por exemplo, o IEFP), passando pela Câmara Municipal que tem feito um trabalho abnegado nesta matéria, disponibilizando duas funcionárias para trabalhar estas matérias, mas também falo das chamadas entidades de proximidade, das entidades intermédias entre o estado e o cidadão que têm um papel importante nestas funções, nestas matérias e também devem ser chamadas para a questão da violência doméstica. E também falo das próprias juntas de freguesia. As juntas de freguesia têm um papel a desempenhar na prevenção da violência doméstica porque são as entidades que estão ali *in loco* e podem agir imediatamente preventivamente e, nesse sentido, prevenir e evitar

que as crianças caiam na teia da violência doméstica porque essa criança não é só uma criança em perigo. Ela própria é uma vítima direta. -----

A CPCJ está disponível para participar numa equipa de trabalho que procure essas respostas de intervenção, que evite ou, pelo menos, minimize este aumento de sinalizações por via da violência doméstica. -----

2.º Há uma clara diminuição do abandono e do absentismo escolar que, verdade seja dita, resulta fundamentalmente do trabalho das escolas em colaboração com outras entidades, nomeadamente com os serviços da Câmara. Têm conseguido evitar maiores prejuízos na questão do absentismo e do abandono escolar; -----

3.º Relativamente aos outros tipos de risco ou perigo, nestes 6 anos que passaram, a tendência se manteve mais ou menos constante. Há problemas, mas o problema fundamental no concelho da Covilhã prende-se com a violência doméstica. Portanto, é preciso atacar esse problema de frente e de uma vez por todas. -----

Quem é que vai sinalizando estas questões da problemática das crianças em risco? Havendo um crescendo de violência doméstica, quem sinaliza, fundamentalmente, são as forças de segurança. Por lei estão obrigadas a fazer estas sinalizações em caso de violência doméstica e têm aumentado a intensidade das mesmas; e ainda, por outro lado, de alguma forma as escolas. -----

Onde me parece que há mais dificuldades, relativamente às sinalizações desta problemática, é nas entidades de intermediação social e de proximidade. Temos aqui no relatório que essas entidades pouco ou nada sinalizam. Não sei quais são as razões, mas seria um pormenor a estudar no sentido de perceber o grau de intervenção, de empenho, de cometimento destas entidades na problemática da proteção das crianças. -----

Curiosamente, também temos estado a verificar um aumento das sinalizações por parte da comunidade (dos vizinhos e particulares), o que pode significar que as pessoas comuns estão cada mais sensibilizados para esta problemática. É um aspeto positivo, de louvar e deve ser incentivado essa sensibilização das pessoas em geral. -----

Concluindo, a CPCJ funciona de modo 24 sobre 24, 365 dias/ano, para responder à proteção do bem mais precioso da humanidade que são as nossas crianças. -----

A CPCJ é composta por pessoas, nomeadamente a Comissão Restrita, que estão sempre disponíveis e que saem em trabalho para a casa das pessoas quando a maioria de nós se encaminha para as respetivas casas. Alguns dos técnicos fazem-no em absoluto em regime de voluntariado e os outros e estes sem olharem às horas, ao clima e ao risco que, muitas vezes, comporta assumir a defesa dos direitos das crianças. -----

A CPCJ da Covilhã é uma resposta comunitária que procura proteger as nossas crianças. Não é um braço do Tribunal; não é sequer um braço do Município da Covilhã; nem é um braço da Segurança Social ou da Saúde. São apenas pessoas da comunidade comprometidas com um desígnio maior: a defesa e a promoção dos direitos das nossas crianças.” -----

- **Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael (PCP):** “Não sou moralista. Não dou lições de moral a ninguém e também não aceito lições de moral de outrem. -----

Não temos qualquer problema em passar o relatório da CPCJ, que eu costumo ler com atenção, do último ponto da ordem de trabalhos para o primeiro. Fica aqui a sugestão. -----

Já aqui sugerimos há vários anos e estamos disponíveis para uma reunião restrita entre os membros da Assembleia Municipal, ou os líderes das bancadas mais um ou outro elemento de cada bancada com a CPCJ. -----

Até pensei que o Senhor Deputado do Partido Socialista viesse aqui dizer que os técnicos, que são voluntários e precários e que precisam de passar mais tempo efetivo e permanente na CPCJ (como dizem nas considerações finais do relatório), vão finalmente ser contratados; que a Câmara vai abrir os cordões à bolsa, vai priorizar o bem mais importante do mundo, que são as crianças, e, portanto, vai reforçar o quadro e contratar técnicos para trabalhar com as crianças. -----

De facto, são ainda 12 sinalizações. É um volume processual gigantesco. Não temos dúvidas que a pandemia agravou a situação do ponto de vista do bem-estar psicossocial das crianças e das famílias. Veremos a evolução da situação, mas não temos dúvidas que a situação é grave. -----

As políticas públicas têm a obrigação de evitar a estratificação social e de evitar aquilo que está a acontecer e que esta sinalização, se formos à sinalização micro, começa a evidenciar que é: uma cidade para ricos e uma cidade para pobres; escolas para ricos (e falo até da escola pública) em que começa a haver uma segregação e uma estratificação social muito acentuada. Isso é muito negativo do nosso ponto de vista, mas isso é uma responsabilidade das políticas públicas contrariar essa realidade. É uma responsabilidade do poder central, mas é também uma responsabilidade local combater as desigualdades, evitar essa segregação social, evitar essa estratificação social, sobretudo naquilo que diz respeito às responsabilidades públicas e às funções sociais do Estado, neste caso em particular, da educação. -----

Terminaria dizendo que pela nossa parte este é um assunto muito importante e que levamos muito a sério. Mas aquilo que gostaríamos de ouvir por parte da autarquia é este compromisso firme de reforçar os meios disponíveis da CPCJ, reforçar o número de técnicos e dar estabilidade e permanência a estes técnicos que trabalham com a CPCJ. Isso, para nós, é fundamental e continuaremos a bater-nos por isso.” -----

### **3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Mário que, após cumprimentar todos os presentes, expressou o seu desagrado por “uma situação, cujas reclamações não têm tido muita aceitação.” -----

Explicou que tinha a ver com as obras de pavimentação da Rua Francisco Garrett (2.ª fase) no Teixeira em que provocaram na sua habitação infiltrações de água e humidades. -----

Informou que apresentou reclamação à Câmara Municipal em 20/11/2018, “cuja resposta é a de descartar responsabilidades e apontar aos proprietários como responsáveis pela falta de impermeabilização do imóvel. Como é que vivo aqui há 47 anos e só agora, após estas infames obras, enfrento estes problemas de águas pluviais?” -----

Frisou que a situação provocou consequências gravosas a várias pessoas, existindo várias reclamações. -----

Informou ainda que se tinha dirigido novamente, há 15 dias, à AdC onde falou com o Senhor Eng.º Tiago que disse que iria informar a Administração. “Foi-me dito há 3 dias de que não havia nada a fazer.” -----

Agradeceu que fossem à sua habitação para verificação da situação. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou nota e informou que iria encarregar-se de mandar verificar a situação. -----

### ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão eram vinte e uma horas, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,